

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Gabriel Matheus Dorini de Moraes

**OS POVOS TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA: UM DEBATE SOBRE A ETNOCONSERVAÇÃO E A
IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE GRÃO MOGOL EM
MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2019

Gabriel Matheus Dorini de Moraes

**OS POVOS TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA: UM DEBATE SOBRE A ETNOCONSERVAÇÃO E A
IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE GRÃO MOGOL EM
MINAS GERAIS**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Belo Horizonte

2019

Agradecimentos

Agradeço por este trabalho a todos que contribuíram de alguma forma e acreditaram em minha capacidade, mesmo em meio às dificuldades, injustiças e desigualdades.

Aos mestres de Saberes Tradicionais, dentro e fora da academia, que compartilharam o seu saber e me ensinaram a plantar e colher.

Meu agradecimento aos professores com os quais consegui aprender, ao curso de graduação em Ciências Socioambientais e à Universidade Federal de Minas Gerais pelo conhecimento proporcionado. Agradeço também à orientadora do Projeto, e deste posterior Trabalho de Conclusão de Curso — a coordenadora do Curso de graduação em Ciências Sociais, Prof^a Dra. Anna Beatriz Vianna Mendes.

*“E virá como guerra
A terceira mensagem
Na cabeça do homem
Aflição e coragem
Afastado da terra
Ele pensa na fera
Que o começa a devorar”*

(Zé Ramalho - A Terceira Lâmina)

Resumo

Este presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo compreender o conhecimento e saber tradicional através da etnoconservação, utilizando-a como o melhor caminho para a resolução de conflitos socioambientais gerados entre o Estado-nação e os povos e comunidades tradicionais. Nesse contexto, devido aos Parques Estaduais (PE) nacionais criados dentro de Unidades de Conservação de Proteção Integral, como no caso da implantação do PE que passa pela cidade de Grão Mogol no norte de Minas Gerais, onde residem povos tradicionais no entorno, os quais vivem da terra para sua subsistência, este trabalho pretende também identificar a sensibilidade e a percepção em relação ao mundo natural que construiu os ideais preservacionistas, que alimentam projetos internacionais e nacionais dentro da política de conservação da biodiversidade nos países colonizados pelas potências europeias. Essas últimas, especificamente, são as quais deram origem às nações chamadas de terceiro mundo e todos os países continentais da sociedade global.

Palavras-chave: Povos tradicionais, conflitos socioambientais, territorialidade, sociedade/natureza, cultura/ambiente

Abstract

This Course Conclusion Paper aims to understand traditional knowledge and knowledge through ethno conservation, using it as the best way to resolve socio-environmental conflicts generated between the nation state and traditional peoples and communities. In this context, especially due to the national State Parks (SP) created within Integral Protection Conservation Units, as in the case of the implementation of the SP that passes through the city of Grão Mogol in the north of Minas Gerais, where traditional people live around, who live off the land for their subsistence, this work also aims to identify the sensitivity and perception in relation to the natural world that built the preservationist ideals that feed international and national projects within the policy of biodiversity conservation in the countries colonized by the European powers. These latter, specifically, are the ones that gave rise to the so-called third world nations and all the continental countries of global society.

Keywords: Traditional people, socio environmental conflicts, territoriality, society/nature, culture/environment.

Sumário

Lista de Siglas.....	1
Quadro informativo I.....	2
1. Introdução.....	3
1.1 Quadro I - Informações - Aspectos do Parque Estadual.....	7
2. O Caso em Grão Mogol.....	9
2.1. Publicação do Diário do Executivo de Minas Gerais (15/12/2009)	11
3. O modelo capitalista de apropriação do espaço e o mundo natural.....	17
4. O Parque Estadual em Grão Mogol.....	39
4.1 O contraste global local na conservação.....	46
4.2 A emergência dos grupos sociais em conflito.....	52
5. Grupos em conflito de interesse em relação ao PE Grão Mogol.....	54
6. Conclusão: a importância da Etnoconservação.....	61
7. Considerações Finais.....	65
8. Referências Bibliográficas.....	68

Lista de Siglas

AGTRECO: Associação de Agroturismo Rural e Ecológico

CPT: Comissão Pastoral da Terra

EUA: Estados Unidos da América

IEF: Instituto Estadual de Florestas

ITER: Instituto de Terras de Minas Gerais

IUCN: International Union for Conservation of Nature (União Internacional para Conservação da Natureza)

MG: Minas Gerais

ONU: Organização das Nações Unidas

PE: Parque Estadual

PMA: Polícia de Meio Ambiente

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UC: Unidade de Conservação

WWF: World Wide Fund (Fundo Mundial para a Natureza)

Quadro Informativo I

Quadro 1 - Aspectos do PE.....7

Fonte:

https://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Estadual_de_Gr%C3%A3o_Mogol#Localiza.C3.A7.C3.A3o

(Data de acesso: 29/08/19)

1. Introdução

O principal objetivo deste estudo é analisar e explicitar, com base nos dados obtidos sobre o tema e referências bibliográficas, o caminho da etnoconservação para a resolução dos conflitos socioambientais com as populações locais, bem como os povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais. Isso se deve ao modelo de conservação da natureza dominante transplantado para o Brasil, sendo importado da América do Norte, que fundamenta os Parques Estaduais Nacionais, especialmente em Grão Mogol, uma cidade de Minas Gerais, estudada pelo antropólogo Aderval Costa Filho (2008). A cidade tem sua origem relacionada à descoberta dos diamantes no período colonial, sendo que, já pelo final do Século XVIII, atraiu muitas pessoas tanto do Brasil e principalmente diversos países da Europa para a região, interessados na exploração das pedras preciosas no século XIX, ápice dos ideais conservacionistas na Europa e nos Estados Unidos em 1858. Assim, Grão Mogol — localizada próxima à Montes Claros — recebeu a categoria de cidade somente a partir de 1960, quando se iniciou o processo da decadência da exploração/extração de pedras preciosas na região.

O Parque Estadual de Grão Mogol faz parte de uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, que está localizada no norte de Minas Gerais e foi criada em 1998. É importante salientar que seus limites foram redefinidos 11 anos depois, em 2009 e, assim, passou a ter uma área de 28.404,4270 hectares. Essa UC e o Parque Estadual, não contam com plano de manejo e possuem sua proposta definida de priorização da área apenas para a preservação de espécies e atividades científicas e de visitação/ecoturismo, nesse caso, excluindo as populações humanas como variável importante de todo seu processo de implantação, até os dias atuais. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar as principais e possíveis alternativas metodológicas a partir dos estudos relacionados à etnoconservação e a sua importância à luz do caso da implantação do Parque Estadual em Grão Mogol.

Desde o final dos anos 80 a base teórico-científica para a conservação da biodiversidade, sendo apoiada diretamente por grandes organizações conservacionistas internacionais e norte-americanas, os quais tinham apenas preocupações com as questões técnicas, logísticas e operacionais, desconsidera os estudos humano/natureza, de forma que essa mesma base é proveniente de uma ciência criada nos Estados Unidos, fortemente influenciada pela sensibilidade para com o mundo natural disseminada na Europa, especialmente na Inglaterra, e transformada com o tempo em uma “fantasia da mente humana” como ressalta Freud, ou dilema humano, como bem refletiu Keith Thomas (1988). Junto com inúmeros apoios de organizações internacionais e mesmo nacionais esse modelo de conservação do mundo natural como um todo não possui aplicabilidade quando transplantada para os países dos trópicos ou os países colonizados pelas grandes potências européias, que lideraram a revolução industrial e revolução burguesa, de onde se iniciou o processo mais acelerado da industrialização e consequente racionalização do mundo ocidental moderno. Além disso, é importante ressaltar que a Inglaterra liderou a revolução industrial, bem como os Estados Unidos e a França a revolução burguesa.

A Inglaterra com pesada e acelerada industrialização, a França com a telemática e o desenvolvimento das telecomunicações e todo o tipo de meio de conexão entre os países facilitando a globalização e universalização dos modos de vida diversos. Os Estados Unidos da América — país que tem sua origem a partir da Inglaterra, e que é fortemente disseminador de uma cultura material global massificada seja na arte, no cinema, naquilo que se chamou indústria cultural. termo ‘Indústria Cultural’ foi criado por filósofos e sociólogos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer, a fim de relatar a situação da arte e cultura na sociedade capitalista industrial. Essas artes sensíveis, expostas ao mundo natural, exaltaram a beleza estética das paisagens e seu valor moral e deram origem à visão ocidental moderna da natureza como um todo.

Neste trabalho também é realizada uma análise socioambiental dos conflitos de interesse estabelecidos no mesmo recorte territorial, durante o processo de implantação do Parque Estadual de Grão Mogol, esperando que este nos permita uma reflexão

sobre os relevantes aspectos das políticas centralizadoras geradas no âmbito da sociedade moderna e limitantes em relação à criação de unidades de conservação no Brasil, e neste caso específico, em Minas Gerais. Aqui, são relatados os problemas que abrangem os diversos atores sociais envolvidos como o Governo Estadual, por meio do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), e também pelas populações locais e os povos tradicionais daquela região, entendendo que existe a falta de integração e conflitos, devido à ausência de um plano objetivo e mais participativo de criação e implantação do parque juntamente à população local e os povos e comunidades tradicionais que vivem e reproduzem seu modo de vida no entorno do parque, bem antes de sua implantação.

Além disso, o intuito é compreender e explicitar o processo de identificação e mobilização de populações tradicionais, a partir de sua *etnicidade*, e que houve na área do parque em relação aos respectivos efeitos socioambientais na implantação da UC em que se localiza o Parque Estadual de Grão Mogol. Havendo um conflito entre distintas formas de apropriação da natureza, está de um lado o Estado-nação que a partir de uma perspectiva preservacionista e inviável, que destinou, no início, antes da redefinição do território — a área de 33.342.72 hectares exclusivamente para preservação, e de outro lado está a população local também com seus interesses, e juntamente os povos e comunidades tradicionais no entorno afetadas, os quais pretendem continuar usufruindo do respectivo espaço socioambiental de acordo com seu modo de vida e sentido de pertencimento ao território, que reflete toda sua *territorialidade*, e de suas riquezas naturais, necessárias para a sua sobrevivência e reprodução de seu modo de vida tradicional, pois também estes sentem-se pressionados com as mudanças que ocorreram desde a implantação do PE.

Sobre esses grupos de interesse em um mesmo recorte territorial será apresentado mais à frente, devido a importância em ressaltar a sensibilidade e percepção para com a natureza predominante na sociedade ocidental que gerou este conflito social e ambiental.

O entendimento que se tem acerca desse conflito é que desde o processo de criação e implantação do Parque Estadual, existem ações do poder público que acabam sendo demasiadamente parciais, havendo necessidade de soluções através de políticas mais participativas e que se efetivem para amenizar o conflito entre os atores sociais envolvidos, bem como o Estado-nação e os povos e comunidades tradicionais na criação de Unidades de Conservação, como no caso do Parque Estadual em Grão Mogol.

Seguem abaixo as informações dadas sobre o Parque, nas quais podem ser consideradas reducionistas biologicamente, e ainda, necessitam de uma análise crítica pela forma na qual foram implementadas, pensando apenas nos aspectos de atividades científicas, turismo ecológico e preservação de animais. Ou seja, não tendo um plano de manejo, e estando longe das necessidades das populações locais e mais ainda dos povos tradicionais no entorno. O parque ainda informa pelo seu site e através de suas plataformas que em breve será aberto ao público para visitação:

1.1 Quadro I - Informações - Aspectos do Parque Estadual

Aspectos do Parque Estadual

- **Localização**

O Parque Estadual de Grão de Mogol está inserido, em sua maior extensão, na Serra Geral que, na região, é conhecida por Serra da Bocaina.

- **Ingressos**

As visitas de caráter científico e educacional previamente agendadas são liberadas através do telefone: (38) 3238-1114 - Escritório Sede do Município (tratar diretamente com a Gerente Carla Cristina). A expectativa é que Grão Mogol seja em breve também aberto ao público.

- **Objetivos específicos da unidade**

Tem por finalidade proteger a fauna e flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos, bem como propiciar alternativas de uso racional dos recursos naturais, como o turismo ecológico.

- **Histórico**

Parque Estadual de Grão Mogol é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral inserida, em sua maior extensão, na região conhecida como Serra da Bocaina, município de Grão Mogol, estado de Minas Gerais. A cidade tem sua origem na descoberta de diamantes no final do Século XVIII, que atraiu pessoas do Brasil e de diversos países da Europa para a região.

- **Atrações**

Uma das mais importantes trilhas do município, localizada dentro do Parque Estadual de Grão Mogol, com calçamento de pedra dos tempos coloniais leva até o local onde se localizava a Fazenda do Barão de Grão Mogol. Além da paisagem *encantadora*, o trajeto é um *registro da história* de Grão Mogol, pois os escravos do Barão construíram a trilha para dar acesso da Fazenda do Cafezal ao município de Grão Mogol, um percurso com vários trechos calçados de pedras e bem conservados.

- **Aspectos naturais**

A vegetação da região é rasteira e de pequeno porte, típicas de campos de altitude. Nas chapadas predominam os cerrados com suas variações, destacando cerrado baixo, representado por árvores

como pequiheiro, a lixeira e o pau terra, entre outras e a caatinga arbustiva com a presença de espécies como bromélias e cactáceas. Os campos de sempre vivas e os vales dos rios do Bosque e Ventania, são pontos marcantes da região.

- **Relevo e clima**

O relevo é predominantemente montanhoso, cortado por grandes chapadas como a Chapada do Bosque, que chega a atingir cinco mil metros, a Chapada do Bosquinho e Chapada do Cardoso.

- **Fauna e flora**

A fauna possui algumas espécies consideradas ameaçadas como o lobo-guará, onça parda, jaguatirica, tamanduá bandeira, tamanduá de coleite, tatu canastra, macaco sauá, lontra, dentre outras. A composição da flora desta região é peculiar, com inúmeras ocorrências de populações restritas àquele ambiente. Destaque para canelas de ema, de grande importância ecológica. Existem, ainda, algumas formações de veredas isoladas, com uma discreta presença de buritis.

Fonte:

https://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Estadual_de_Gr%C3%A3o_Mogol#Localiza.C3.A7.C3.A3o

(Data de acesso: 29/08/19)

Segundo a categoria de classificação de Áreas Protegidas do sistema IUCN, parques nacionais são:

“Áreas protegidas de grande extensão, de caráter natural ou pouco modificado, que são separadas para a proteção em larga escala de processos ecológicos com complementada pela proteção de espécies e ecossistemas característicos da área, e que também proporcionam condições para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visitação, que sejam ambientalmente e culturalmente compatíveis.”

Fonte: Categorias de áreas protegidas do sistema IUCN

2. O Caso em Grão Mogol

Quanto às informações cedidas pelo parque, é possível analisar, sob a perspectiva da etnoconservação, que não há nada de encantador. Na verdade, isso não é nem mesmo um registro histórico, uma vez que representa a paisagem construída por escravos de um Barão e Senhor feudal de Engenho dos “tempos coloniais”, como consta nas informações cedidas pelo parque nacional, principalmente, em respeito àqueles que estiveram à margem da história dita universal.

Nesta parte do trabalho, é apresentada uma espécie de análise socioambiental com base nos dados e referências bibliográficas dos conflitos estabelecidos no processo de implantação do Parque Estadual de Grão Mogol. Espera-se que dessa forma seja possível refletir também sobre os aspectos das políticas centralizadoras que envolveram a criação de unidades de conservação no Brasil, em específico o Parque Estadual de Grão Mogol. Desde a implantação do PE apresentaram-se muitos entraves e dificuldades enfrentados, entre o Governo Estadual, por meio do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), pelas populações locais e os povos e comunidades tradicionais que vivem ao redor da área destinada à exclusiva preservação, além dos demais atores sociais. Assim, constatou-se que ainda existem muitas etapas inacabadas deste trabalho por parte do Estado brasileiro, devido à falta de um plano mais objetivo e participativo, de criação e implantação do parque que contemple o saber dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, é relatado de forma objetiva o processo de identificação e mobilização dos povos tradicionais na área de implantação desse parque e dos seus efeitos socioambientais na região.

Como método, é utilizado um estudo exploratório, recorrendo-se às múltiplas fontes de informações, dados e levantamento de bibliografia com relação à área do parque e os povos tradicionais. Com base na análise dos dados, referências e da investigação exploratória fica evidente que os processos desde a criação e implantação do parque têm tido ações por parte do poder público que apontam claramente para a

necessidade de formulação de políticas públicas mais participativas e justas que tragam respostas e soluções reais para os conflitos entre o poder público e a sociedade civil — as populações locais, instituições governamentais, conservacionistas e povos tradicionais, na criação de unidades de conservação da natureza, pois esta não é simplesmente implantada sem causar efeitos socioambientais negativos e gerar um novo conflito de interesses no espaço apropriado e mantido intocado.

A instauração do Parque Estadual de Grão Mogol ocorreu pelo então governador Eduardo Azeredo por força do Decreto nº 39.906 de 22 de setembro de 1998. Desde a implantação evidenciou-se um conflito socioambiental e as reivindicações no mesmo espaço territorial: de um lado encontrara-se o Estado que desejava destinar a área de 33.342,72 hectares exclusivamente para preservação, e de outro lado está a população local que pretende continuar usufruindo do respectivo espaço socioambiental e de áreas naturais, bem como os povos tradicionais do entorno que vivem basicamente da terra — agroecologia e extrativismo. Partindo do pressuposto que o conflito existe devido a uma visão limitada e tecnicista que tende a entrar em conflito com as distintas formas de apropriação da natureza em diversos territórios, além dos grandes empreendimentos como mineradoras, hidrelétricas, barragens de rejeitos, entre outros, neste mesmo território — este tem como sua principal causa a negligência das distintas formas de apropriação do espaço natural e sua territorialidade.

Estes, desconsiderando muitos estudos que evidenciam e relatam a situação dos povos e comunidades tradicionais, bem como a população local neste território, ignoram completamente a territorialidade deste primeiro, quando buscam conservar a natureza baseados no mito de uma natureza intocada, como refletiu Diegues (2008), a política ambiental nacional acaba, na verdade, gerando uma distinção, ou separando a cultura destes povos e comunidades tradicionais da natureza, pensando e acreditando ainda hoje que para conservar a natureza esta deve estar separada das sociedades humanas — visão oriunda da civilização ocidental, e além disso, criam e colocam estes em uma condição de subalternidade — “subalterno” significa ‘alguém que está sob ordens de outro’, ‘que é subordinado ou inferior em autoridade’, pode significar também ‘aquele

que se sente inferior ao outro’, ‘que se coloca na condição de dever obediência ao outro’, ou simplesmente é o sinônimo de ‘submisso’.

Importante ressaltar que, se há a implantação de uma exclusiva área protegida pela força de um decreto jurídico que não leva em consideração a territorialidade, a identidade étnica e o modo de vida diverso, haverá a reação imediata dos povos tradicionais e também grupos de interesses que se mobilizam em relação à usurpação de suas terras e interesses pela força de suas lutas de resistência frente aos interesses políticos, ambientalistas e econômicos do Estado-nação naquela região do Norte de Minas Gerais no caso dos povos tradicionais.

Houve duas redefinições na ampliação dos limites do PE em Grão Mogol devido à questões políticas, pois eram cobradas pelos grupos sociais, e principalmente pelo conflito socioambiental que se evidenciava dentro da questão que se criou entre grupos e instituições em relação ao PE. Estes foram realizados devido às reivindicações dos grupos de interesse em conflito em relação ao parque, além de terem sido realizadas por questões meramente políticas. Como observou-se no nas informações do PE houve o **Decreto nº 45.243, de 14 de Dezembro de 2009**, sendo que alterou o dispositivo do **Decreto nº 39.906, de 22 de setembro de 1998**, somente após 11 anos depois de sua implantação, definindo o novo perímetro do Parque Estadual de Grão Mogol e previu outras mudanças não muito efetivas durante o governo de Aécio Neves em MG, através do **Decreto nº 45.243, de 14 de Dezembro de 2009**:

2.1 Publicação do Diário do Executivo de Minas Gerais (15/12/2009)

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, na Lei nº 15.814, de 7 de novembro de 2005, e no Decreto nº 39.906, de 22 de setembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do inciso I do art. 2º da Lei nº 15.814, de 7 de novembro de 2005, fica alterada de 33.324,72ha (trinta e três mil, trezentos e vinte e quatro hectares e setenta e dois ares) para 28.404,4870ha (vinte e oito mil, quatrocentos e quatro hectares, quarenta e oito ares e setenta centiares), a área do Parque Estadual de Grão Mogol.

Art. 2º A área do Parque Estadual de Grão Mogol, destinada à unidade de conservação de proteção integral, passa a ser de 28.404,4870ha (vinte e oito mil, quatrocentos e quatro hectares, quarenta e oito ares e setenta centiares), com a seguinte descrição, limites e confrontações: Descrição do perímetro pelas coordenadas e vértices.

§1º Todas as coordenadas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Montes Claros, de coordenadas E 619.257,849 e N 8.151.040,841, e RBMC Belo Horizonte, de coordenadas E 612.507,701 e N 794.587,878, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45deg. WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000.

§2º Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º O Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER, no prazo de cento e oitenta dias após a publicação desse Decreto, dará início à Ação Discriminatória competente, relativa à área do Parque Estadual de Grão Mogol, arrecadando as terras devolutas e as repassando através de reserva de domínio ao Instituto Estadual de Florestas - IEF.

Art. 4º O art. 2º do Decreto nº 39.906, de 22 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A área destinada ao Parque Estadual de Grão Mogol é de aproximadamente 28.404,4870ha (vinte e oito mil, quatrocentos e quatro hectares, quarenta e oito ares e setenta centiares), cujos limites e confrontações são descritos no Decreto de Definição do novo perímetro do Parque Estadual de Grão Mogol.

Art. 5º Ficam declarados de utilidade pública e de interesse social, para desapropriação de pleno domínio e de posse, mediante acordo ou judicialmente, os terrenos e as benfeitorias de que se constituem a Unidade de Conservação Parque Estadual de Grão Mogol.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 14 de dezembro de 2009; 221º da Inconfidência Mineira e 188º da Independência do Brasil.

Segundo o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007:

“Povos e comunidades tradicionais podem ser entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

Dessa forma os territórios tradicionalmente ocupados, na maioria das vezes estão em contraposição às concepções de terra do modelo de apropriação da natureza que a enxerga meramente como uma mercadoria, um mero recurso e elementos naturais que estarão sempre à disposição da exploração econômica. Embora no papel e por lei se reconheça a necessidade da ocupação humana para reprodução de seu modo de vida cultural, ancestral, econômica e social, as leis são fundamentadas ainda em um base preservacionista inviável para as sociedades humanas no entorno afetadas por estes projetos que são criados em conflito com povos tradicionais na implantação de Parques Estaduais nas Unidades de Conservação da Natureza que impedem o usufruto daquele território e acabam por não dialogar com o saber tradicional devido às práticas de ecoturismo, científicas e educacionais, as quais são relevantes. Porém, devem estar em comunhão com as formas locais e tradicionais de apropriação do espaço natural para assim, a conservação da biodiversidade não se limitar apenas à preservação dos ambientes naturais, turismo e preservação da fauna e flora regionais, mas também entender e aprender da diversidade cultural inserida naquele território.

Esta é a reflexão sobre a etnoconservação que abordada neste trabalho com relação ao PE em Grão Mogol, entendendo que o mundo natural deve ser visto como fruto de uma interação entre sociedades e natureza; as quais são oriundas de um processo de territorialização, desde o período colonial — a conservação se limita ao aspecto técnico e científico ainda hoje, e esta visão perdura na criação de Parques Estaduais, não se importando com o saber tradicional e com os estudos sobre as relações entre os humanos e a natureza.

É nesta é a condição à que sempre ficam submetidos os povos tradicionais que tem sempre pela frente a luta e resistência por suas terras ancestrais e uma forma distinta de apropriação da natureza do modelo capitalista-industrial global, desta forma, pode-se dizer e inferir que esses grupos que ficam sem acesso às estruturas hegemônicas de poder — o Estado, as instituições de interesse e estando excluídos das decisões políticas ainda são hostilizados, quando na verdade, contribuem para a

natureza com sua forma de apropriação do espaço natural e seu manejo da terra, assim, a exclusiva preservação neste caso caracteriza-se um estado de exclusão de seu etnoconhecimento — do conceito de territorialidade e identidade étnica — e de sua forma apropriação daquele território que caracteriza todo seu modo de vida qual se formou através de lutas de resistência, em lugares em que se buscam conservar a natureza, muitas vezes, removendo e depois pressionando as populações e comunidades ali residentes há muito tempo ou as impedindo de usufruir do espaço natural, que remete à toda sua ancestralidade.

Como bem refletiu Diegues (2000):

“Raymond Bonner, em At the Hand of Man afirma que os colonialistas do século XIX promoviam os três “c”: Cristianismo, Comércio e Civilização, aos quais os preservacionistas acrescentaram um quarto: a Conservação.” (apud Gunha, 1997)

Dentro da política nacional ambiental faltam os mecanismos eficientes que compreendam os estudos ambientais a partir de uma perspectiva que considere os problemas dos povos e comunidades tradicionais diante de suas características, segundo as análises sociais e ambientais, etnografias acadêmicas. Dessa forma é realizado um trabalho juntamente com as ciências biológicas e as ciências naturais, buscando fontes as quais relatam a situação real dessas populações e contribuindo para amenizar esses conflitos entre os atingidos, empreendedores e os seus interesses econômicos, órgãos conservacionistas internacionais, ministério público, os quais se evidenciam dentro da questão socioambiental. Faz-se necessário urgentemente o reconhecimento das características e especificidades socioculturais da construção da identidade destes povos com o local que habitam, sua forma de manejo tradicional e, principalmente, aprender a inserir a forma com que estes povos se apropriam e utilizam seus recursos naturais baseados em seu saber tradicional, compreendendo que a forma com que o modelo dominante da conservação enxerga a natureza, é distinto da forma destes povos e comunidades tradicionais. Assim, há um conflito entre formas

distintas de apropriação da natureza e diferentes reivindicações no mesmo espaço e recorte territorial.

Considerarei este tema relevante e viável para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso pois na sociedade ocidental, e dentro do modelo capitalista urbano-industrial de apropriação do espaço as pessoas tendem pelo senso comum a pensar que, por exemplo, um parque nacional de conservação da natureza dentro das Unidades de Conservação ou um grande empreendimento são coisas boas e necessárias: Uma para “preservar o meio ambiente” e outra para o “desenvolvimento” da economia do país.

Entretanto, com base nos estudos realizados, o modelo de conservação da natureza bem como o modo de apropriação capitalista industrial do espaço retiram direitos de povos que se estabeleceram ali através de gerações, destinando à terra ou para exclusiva preservação, ou ficam a mercê do mercado de terras, grilagem, entre outros problemas fundiários, dado o processo de territorialização por qual passou o Brasil, desde o período colonial, qual gerou uma diversidade fundiária grande e mudanças drásticas no campo, principalmente devido à modernização.

A própria categoria criada nas Ciências Sociais, para os “Povos e Comunidades tradicionais” é ainda relativamente nova para a ciência, tanto para a sociedade e também para o Estado. Assim, o que se observa é algo muito diferente do que o senso comum pensa, quando se analisa a inconciliabilidade dos conflitos socioambientais gerados, ou seja, os conflitos ambientais territoriais que são fruto de um modelo importado do Norte, chamado por alguns autores mesmo de neocolonialista.

Este que separa a cultura ancestral destes povos da natureza em que habitam quando buscam conservar esta mesma natureza tornando-a menos tocada possível, ou quando algum empreendimento se apropria de um espaço natural visando apenas o lucro e o capital, desconsiderando uma série de fatores que causam conflitos com os grupos sociais locais e povos tradicionais, os quais têm sua própria territorialidade baseada em sua concepção e percepção do espaço, no qual vivem e reproduzem seu modo de vida, sendo que o seu saber se difere do conhecimento científico,

necessitando. Dessa forma, engloba e incorpora o saber não técnico-científico, o saber tradicional – o etnoconhecimento nos estudos ambientais e principalmente na política ambiental nacional, assim como dentro do modelo de conservação da natureza adotado pelo Brasil, quanto nas negociações políticas que envolvem o licenciamento de grandes empreendimentos, nocivos para as sociedades em seu entorno, nocivos para a natureza. Contudo, não são caracterizados dessa maneira pelos órgãos, empresas e o Estado, que sustentam uma mera visão mecanicista e desenvolvimentista, baseada no mito do progresso, bem como os órgãos preservacionistas pautados em um mito de uma natureza intocada, os quais negligenciam as racionalidades distintas de apropriação do território e a diversidade cultural.

3. O modelo capitalista de apropriação do espaço e o mundo natural

De forma ostensiva, partindo da análise de alguns autores (Dupas, 2007 apud Furtado, 1974) o processo de acumulação de capital como sendo fruto de um impulso que o constrói — a corrida mundial pelo progresso tecnológico e progresso econômico, os quais tem seus efeitos já bem traçados e é difundido no mundo global ainda hoje, de forma que, a ideia deste progresso que é, na realidade, em busca do desenvolvimento econômico, tende a universalizar todos os povos da terra como se tivessem as mesmas características sociais, culturais, étnicas e econômicas. Além disso, levando em consideração como se os padrões de consumo fossem os mesmos, no Norte, no Sul, na África ou na Ásia — deixando de considerar o passado histórico e que nos países principalmente que foram colônias das grandes potências industriais que lideraram a revolução industrial há uma forma de apropriação da natureza que prolonga o mito do progresso, alimenta ilusões e baseado na ideologia que provém da revolução burguesa e americana da qual se criou o mundo industrializado.

De fato, quando os europeus chegaram para conquistar as terras das “Américas”, pensando que haviam chegado nas “Índias”, enxergavam os povos da floresta como seres não racionais, sendo miseráveis mendigos em cima de muito ouro e prata para extração e “riquezas naturais” para exploração econômica. Até hoje perdura essa visão equivocada do mundo natural como um todo, incluindo os povos que fazem parte dessa natureza e ainda são a própria natureza.

Nesse contexto, basta analisar o novo chefe vinculado à FUNAI, Antônio Costa. Ele mantém alianças com o governo autoritário emergente, que disse embasado no racionalismo econômico moderno que “os índios não podem ficar parados no tempo”. A questão fica ainda mais complexa quando nas reuniões em relação aos conflitos com os povos indígenas uma senadora do PSL diz que “as terras pertencem à União e que os povos indígenas são hoje miseráveis.” Para piorar a situação, houve o fato da fala de que “Os índios nas reservas são como animais nos zoológicos”, como afirmou o atual

presidente do Brasil quando se posicionou contra a reserva lanomâmi para abrigo de 9.000 lanomâmis.

“Há dois meses e meio na presidência da Funai, principal órgão federal responsável pela política indigenista, o dentista e pastor evangélico Antônio Costa diz que os povos indígenas devem se inserir no "sistema produtivo" nacional.”

(Fonte: BBC News Brasil)

Para Celso Furtado (1974):

[...] “que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a esta pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou alternativamente, o custo de controle de poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso” (Furtado, 1974, p. 19)

É baseado neste mito que o Estado promove enormes obras de infra-estrutura, empreendimentos agroindustriais ou minerários e “desenvolve” a economia de cada país industrializado, porém, isso está em direto conflito com outras formas de apropriação do território e da natureza como um todo. Além do conflito entre empreendimentos e populações locais, existe o conflito entre os parques de conservação da natureza, que pretendo focar neste estudo.

Em relação ao Parque Estadual Grão Mogol, o Estado promove estes parques como espécie de “solução universal” para os problemas do meio ambiente enfrentados nas últimas décadas em lugares que são distintos e diversos em sua estrutura fundiária como nos países do Sul, colonizados pelas potências européias. Eles são criados e baseados em um mito norte-americano de *wilderness*, em que o mundo tido como hostil e selvagem deve ser preservado e apreciado pelos civis, tornando-o intocado, e para isto, precisa-se necessariamente separar as populações de seus territórios apoiados também pela ideia de que todo o tipo de sociedade não capitalista destrói a natureza.

Em especial, os povos e comunidades tradicionais são vistos prejudiciais para aquele território e então se unem os técnicos, os biólogos, os funcionários de parques e até a elite dominante, os turistas — em hostilidade a eles, que mantêm a sua territorialidade ancestral que reflete toda a sua forma específica de vida. Observa-se nas regiões onde há formas de vida tradicional, a primeira coisa que um turista ecológico nota é “ os nativos da região.”

Na verdade, se o modelo excludente de conservação da natureza tem o intuito de estudar e conservar a diversidade biológica por que não considerar, estudar, respeitar e compreender a diversidade cultural? Se modelo do Norte é inviável no Sul e principalmente nos países considerados de terceiro mundo que foram colônias das grandes potências europeias, e isto é observado nas audiências e reuniões de conflitos socioambientais, a ideia do progresso é um mito criado por um aparato de hegemonia, bem como o modelo de conservação da natureza é inviável quando confronta com as formas distintas de apropriação dos povos e comunidades tradicionais. Outro ponto negativo, além da expulsão das populações de seus territórios, é que as áreas naturais viram um local de turismo e aventura para as pessoas “civilizadas” que buscam, baseados no mito do Éden, um retorno à uma natureza intocada, um paraíso terrestre, além da grande especulação imobiliária qual sempre se forma no entorno.

Segundo Diegues (2000), o Estado, baseado numa visão mecanicista, tecnicista e autoritária, mantém uma legislação ambiental flexibilizada para favorecer os grandes interesses das organizações internacionais conservacionistas, bem como, na prática, mantém o mito do progresso em justificativa para viabilizar projetos de infraestrutura, disso se conclui que: sejam parques de conservação ou grandes empreendimentos, as práticas de ecoturismo e industriais levam ao desequilíbrio do ambiente natural, isto também se deve às relações que o homem ocidental tem com a natureza; e levam também a conflitos territoriais. Dessa forma, é necessário incorporar o saber destes povos e comunidades tradicionais e integrar a sociedade à grande verdade que, os povos e habitantes locais hostilizados, na verdade, contribuem e influenciam positivamente a diversidade biológica, quem sabe, daí possamos pensar em

diversidade biológica e diversidade cultural dentro do mesmo escopo, pensar a biologia, sociologia e antropologia de forma que se engajem interdisciplinarmente em denúncias devido às exclusões do etnoconhecimento, das formas tradicionais de vida em reservas ou não, sem que haja uma separação da cultura destes povos de sua natureza de sobrevivência e que remontam à sua origem e história, em busca de uma etnoconservação, um novo caminho para se conservar a natureza, considerando as consequências ou efeitos da cultura enraizada na civilização ocidental que busca estritamente o progresso econômico e a conservação de uma natureza intocada e intocável.

Em suma, os ideais preservacionistas euroamericanos claramente surgiram dentro de uma sociedade capitalista industrial globalizada como outra face da moeda buscando refrear esteticamente e moralmente “ocultando” o desenvolvimentismo e a predação do Estado para com as terras tradicionalmente ocupadas e a exploração do mundo natural como um todo. Hoje ainda se buscam soluções para os conflitos ambientais e no campo através de modernização ecológica e desenvolvimento sustentável para questões ambientais que estão enraizadas nas questões socioantropológicas — aquilo que se chamou modernização conservadora, ou modernização trágica, ocorrida devido ao desenvolvimentismo trazido pelos urbanos no mundo rural como um todo — modernização chamada por Anita Brumer e José Tavares dos Santos (1991) de "modernização conservadora", por Maria Aparecida de Moraes Silva em 'Errantes do fim do século' (1999), uma "modernização trágica", implantada principalmente na década de 60 e 70, durante os governos da ditadura militar, que envolve a expropriação, exploração-dominação e exclusão de pessoas; por consequências dos efeitos da expansão urbano-industrial, que fundamenta os processos de transformações que ocorreram no espaço agrário brasileiro nas últimas décadas.

Segundo a definição dada por Manuela Carneiro da Cunha (2001):

“[...] populações tradicionais são grupos que estão lutando para conquistar(prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que

inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.”

(CUNHA, 2001, p. 300)

Zhourí e Laschefski (2010) confirmam o conflito existente entre diversos atores sociais dentro da questão socioambiental quando afirmam:

“Em princípio, os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial - por exemplo, área para implementação de uma hidrelétrica versus territorialidades das populações afetadas.” (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010, p. 23).

Podemos dizer também, como exemplo da citação acima, que existe uma área para implantação de um Parque que se limita às atividades educacionais, científicas e de ecoturismo versus territorialidade dos povos tradicionais do entorno no caso da implantação de áreas protegidas e Parques Nacionais Estaduais e ainda, soluções que não se aplicam em localidades diferentes. Com relação ao método recorri à pesquisa exploratória e o levantamento de dados e referências bibliográficas, o resultado que se espera é o entendimento de que o modelo de conservação dominante provindo do Norte, advindo da noção norte-americana da natureza, que embora a veja como selvagem diferentemente da natureza domesticada dos europeus, recebeu fortes influências do romantismo europeu, da valorização do belo e do estético, frente a uma civilização cada vez mais industrializada na Europa do Século XVIII. O primeiro parque nacional “Yellowstone” foi criado e fundado nesta ideia romântica da natureza nos Estados Unidos no Século XIX.

Também o modelo de desenvolvimento adotado nos países industrializados, está, desde sua origem, em conflitos com as outras formas de apropriação e conhecimento diversificados e é daí que surgiu a necessidade da categoria e conceito povos

tradicionais do conflito que os coloca em mobilização e resistência frente a usurpação de suas terras e do não reconhecimento dos direitos e reivindicações desses povos.

Assim, houve por muito tempo a exclusão do saber e negligência da territorialidade e do sentido de pertencimento destes povos dos estudos ambientais promovidos pelos preservacionistas, assim como foram e são vistos como entraves ao desenvolvimento da economia do país por suas especificidades socioculturais diferenciadas do modelo globalizante. As principais hipóteses para os resultados esperados neste trabalho aqui são: a inviabilidade do modelo conservacionista nos países colonizados na implantação do Parque Estadual, o modelo de desenvolvimento como centro do conflito que nasce do não-reconhecimento das especificidades de cada povo tradicional que remetem à ancestralidade e à todo um processo histórico de territorialização por qual passaram.

Outro ponto é que nesta diversidade fundiária há, a partir de uma perspectiva antropológica um problema, que é a diversidade dos grupos que engloba a categoria tradicional, assim, mesmo sendo inviável tratá-los dentro de uma mesma classificação, o conceito de povos tradicionais surge dentro de uma diversidade fundiária, oriunda de processos de territorialização de centenas de anos, desde a colonização, ao mesmo tempo que insere esses povos no mesmo campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil, ou seja, procura então encontrar semelhanças importantes dentro de uma diversidade fundiária para oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, sentido de pertencimento ao território, autonomia cultural, e práticas adaptativas de uso dos "recursos naturais", quando se trata, por exemplo, de populações tradicionais e conservação da natureza e da etnoconservação. (LITTLE, 2002, p. 2)

Este conceito então é formado no plano das semelhantes reivindicações territoriais desses grupos diferenciados, como instrumento estratégico frente às lutas por justiça social e pelo reconhecimento da legitimidade de seus usos de propriedade e economia, e de como se fundamentam, utilizam e se relacionam com seu ambiente. (LITTLE, 2002, p. 22, 23)

Mesmo com as diferenças dentro desta diversidade fundiária, o conceito de Povos Tradicionais traz consigo três elementos que mostram semelhanças importantes entre estes povos, analisados por Little (2002); os quais são: primeiramente, a razão histórica; em segundo o regime de propriedade comum; além da terceira semelhança que é o sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. Porém, o autor também deixa claro (2002) que isso não universaliza nos outros planos da sociabilidade semelhanças (religiosas, identitárias, cosmológicas, linguísticas, etc.), pela complexidade sociocultural e história de cada povo, mas que tem algo em comum: a luta pela terra. Pode-se dizer então que os Povos Tradicionais e seu conceito está carregado de usos políticos e sociais e surgiu para englobar um conjunto de povos frente à usurpação Estado-nação

Levando em consideração a tradição ocidental judaico-cristã, de que ao homem foi dado domínio sobre a natureza e que esta racionalidade está em oposição à forma de vida dos povos tradicionais indígenas e não indígenas, que veem a sua cultura na própria natureza e natureza na própria cultura; entendo que a civilização ocidental como um todo expressa ainda hoje esse domínio mesmo inconscientemente, desde a sua origem ou base ideológica provinda do cristianismo na era colonial, qual era dominar seres humanos que “se comportam como animais” selvagens não-civilizados; visão que hoje embasa eurocentrismo, etnocentrismo e evolucionismo cultural, criando uma linha progressiva que vai da selvageria à civilização, e a filosofia ocidental provinda da antiga grécia em que a “natureza selvagem” era uma ameaça à cidade estado, habitada por forças femininas que tiravam sua força de deuses “pagãos” em contraste com a cultura racional organizada pelos homens. (Diegues, 2000, p. 6)

Estas sociedades com forma de economia não capitalistas foram muito tempo vistas como sociedades sem Estado, e ainda hoje, estão lutando e resistindo por seus direitos territoriais frente à usurpação de suas terras seja por empreendimentos ou UC's que sustém ainda uma visão tecnicista e autoritária de que as comunidades tradicionais intervém de maneira negativa no ambiente, e principalmente, estão ainda fazendo frente neste primeiro ano ao atual governo brasileiro de extrema direita, que os

enxergam ainda como entraves ao desenvolvimento ou causadores de danos ambientais — uma forma de racismo ambiental; e publicamente declaram querer retirar direitos territoriais como a demarcação de terras para povos tradicionais, indígenas e quilombolas.

Não desejando ser pessimista, ou entrar à fundo na questão do mito do subdesenvolvimento, visivelmente ainda perdura no Estado-nação a fixação eurocêntrica que as sociedades não capitalistas são sociedades sem Estado, fato que se deve ao passado de colonialismo europeu, assim, cada vez mais estas devem ser incorporadas na sociedade capitalista global envolvente, pois lhes parecem sociedades “primitivas”, que privadas do Estado e da forma capitalista de “desenvolvimento”, estão incompletas, pois o Estado é o destino de toda sociedade. Esta visão etnocêntrica enraizada na cultura ocidental está interiorizada na civilização, que carregam uma certeza de toda sociedade existe para o Estado. (Clastres, 1978, p. 132)

O mito do progresso econômico e a conservação de uma natureza intocada, com suas soluções universais e sob uma perspectiva etnocêntrica que a história tem um sentido único e todas as sociedades têm que percorrer etapas até chegarem à civilização tem efeitos socioambientais desastrosas para povos e comunidades tradicionais indígenas e não indígenas que mantêm uma forma de vida diferenciada da civilização do Estado-nação, que se julga necessário para todas as sociedades. O evolucionismo ainda perdura, pois essas sociedades que não estão escritas na história difundida no mundo ocidental, são sociedades de interconhecimento, de saber transmitido pela oralidade, sendo assim, vistas como sociedades ainda sem Estado, sem escrita e sem história. (Clastres, 1978, p. 133)

Desta forma se conclui que não se pode dizer que a sociedade industrial e técnica seja “mais desenvolvida”, e assim, não deve ver os povos tradicionais como entraves para o progresso ou separá-los de seu território, para envolver essas sociedades com economia de subsistência familiar e forma de organização não capitalista debaixo da ideia que guiou a construção da civilização ocidental: que as sociedades só se “desenvolvem” sob a “sombra protetora do Estado” e que é

necessário trabalhar, no sentido capitalista de acumulação do termo, acrescento também, sob demarcação de um relógio e ainda hoje resistem às investidas do modelo de conservação excludente com o saber tradicional, que se limita ainda à práticas científicas e turismo ecológico como no Parque Estadual Grão Mogol, e também a usurpação do Estado-nação interessado em preservar uma natureza intocada ou investir no “progresso” técnico-científico ignorando o saber ancestral de sociedades que ficaram à margem da história dita universal. (Clastres, 1978, p. 135)

Há duas mais relevantes versões quanto à origem do nome Grão Mogol. A primeira está relacionada à descoberta pelos colonizadores europeus, em 1550, de um grande diamante também encontrado na Índia, que deram o nome de Grão Mogol. Uma outra história diz que como aconteceram inúmeros conflitos, desordens e assassinatos na região, por conta disso, começaram a chamá-la de “Grão Amargor”, que foi se modificando regionalmente e teria assim se transformado em Grão Mogor e depois, com o passar do tempo assumido o nome atual. Esta cidade se caracteriza pelos espaços naturais que tem e a cada dia mais, atrai turistas de todos os tipos, uns buscando uma espécie de refúgio da civilização industrial, atividades educacionais e outros para práticas de ecoturismo e esportes radicais. Tudo isso em meio a serras, chapadas, morros, grutas, canyon e cachoeiras.

O Parque Estadual de Grão Mogol tem fauna, e preza por preservar exclusivamente animais ameaçados de extinção, e sua flora contém espécies que ocorrem hoje obviamente somente no parque, buscando assim proteger e preservar a diversidade biológica, porém, gostaria de chamar a atenção neste trabalho para a importância da preservação da diversidade cultural juntamente à diversidade biológica — esta última qual tem sido a única meta dos órgãos preservacionistas. Desta forma, é necessário refletir sobre a etnoconservação, os povos tradicionais do entorno e sua mobilização, especialmente seis comunidades que se articulam entre si e sentem-se pressionadas desde a implantação do Parque — os quais têm sua base de subsistência pautados na agroecologia e extrativismo e também a população local os quais têm seus interesses políticos e de recreação.

Além desses povos tradicionais construírem sua própria territorialidade, que é seu sentido de pertencimento com a terra com aquele território ancestral no Estado de Minas Gerais, e sua etnicidade, a tomada de consciência desse grupo contra a usurpação de suas terras que na verdade, estas estão, na maçante maioria das vezes acontecendo em oposição à racionalidade de apropriação do território urbano-industrial, e sua forma de lidar com o mundo natural, entendendo que o manejo tradicional da terra sempre existiu.

No que diz respeito ao plano de manejo dos parques estaduais, pretendo contribuir para buscar e construir um diálogo entre a biologia e a cultura, ou ainda, entre a biologia e as ciências sociais, compreendendo, como sugeriu Keith Thomas (1988) que ao início do período moderno, o predomínio do homem sobre o mundo natural seria a meta inconteste do esforço humano (THOMAS, 1988, p. 289), desta forma, este domínio sobre a natureza, devido à percepção da sociedade urbano-industrial sobre o mundo natural também resultaram em suma, e até os dias de hoje, na separação entre natureza e cultura, já que a diversidade biológica tem sido pensada antes da cultura, no que tange às relações que o homem civilizado tem tido para com o mundo natural estas relações são e foram fundadas numa percepção eurocêntrica, etnocêntrica e longe das aspirações e reivindicações dos povos e comunidades tradicionais, valorizando apenas a beleza estética, o valor científico, e de ecoturismo do mundo natural.

Sobre as relações do homem com o mundo natural nesta parte julgo importante refletir e salientar as origens e causas que persistem até os dias de hoje para um modelo excludente de conservação da natureza, discorrendo acerca de que o maior dilema global vivido neste período moderno e nos dias atuais: é que quando se pensa em natureza hoje, a maior preocupação dos órgãos ambientalistas/preservacionistas, bem como o Estado-nação, tem sido aliar à preservação de uma natureza intocada e desenvolvimento/progresso econômico. A partir daí surge uma mesma moeda de dois lados, pois na sociedade global nos dias atuais, criou-se dentro do meio industrial e empresarial a falsa necessidade e a esperança ilusória de se alcançar um “desenvolvimento sustentável”, provavelmente fundados de dois mitos: o primeiro é de

que “é preciso preservar uma natureza intocada e intocável”; e o segundo é o mito do progresso.

O senso comum insiste sempre em manter esta meta e dizer “precisamos desenvolver mas também precisamos preservar”. Essa frase reflete bem a sensibilidade que há na cultura difundida pela sociedade capitalista urbano-industrial, e demonstra claramente a separação natureza e cultura presente nas sociedades ocidentais, as quais insistem com a preservação de uma natureza intocada, desconsiderando três coisas relevantes e inescusáveis: todo o passado histórico, a razão histórica, e ainda todo um processo de territorialização e diversidade fundiária presente no entorno, e estabelecendo “reservas” e “parques naturais” que servem apenas para aumentar a visão de que o mundo material está e deve ser algo separado do mundo natural, geram inúmeros conflitos socioambientais com a ilusão de que a terra nunca foi manejada.

De certa forma, ignorar esses fatos ou ocultá-los até os dias atuais é semelhante com o que acontecia e generalizou-se na europa do século XVIII.a mesma maneira em que escondiam o sangue e a sujeira da carne dos abatedouros apenas por beleza estética sem deixar de apreciar o rosbife, ocultam hoje os fatos sociais e ambientais apenas para satisfazer necessidades de uma elite dominante que está centrada nestas atividades como turismo, exclusiva preservação e atividades científicas, as quais estão muitas das vezes, em contraste com o modo de vida dos povos tradicionais do entorno, como acontece no caso da implantação do PE em Grão Mogol.

Estes parques e reservas naturais são fundados com base em um romantismo e sensibilidade com o mundo natural que surgiu na europa e influenciou diretamente os Estados Unidos, que é a visão do mundo selvagem “wilderness” isto pois as antigas treze colônias inglesas se tornaram independentes a partir de 4 de Julho de 1776, com a dita “revolução gloriosa” pela historiografia pois ocorreu sem derramamento de sangue, ou então a “guerra empatada” que culminou na independência norte-americana. Desta forma, não podem deixar de serem influenciados pelas origens e também pela ideia que se tinha no mundo natural desde a sua fundação na América do Norte. Com todas as exigências do capitalismo industrial no mundo global, do

progresso, da indústria, agronegócio e comunicações as quais avançam pelo globo, o “intocado”, o “original” está muito longe de ser a solução para os problemas ambientais e sociais existentes em sociedades ou países que foram fundados com base colonial e escravista, e que não refletem nos termos de outras formas de economia e de vida, a não ser a das sociedades capitalistas.

De acordo com Tchayanov (1924):

“Todos os princípios da nossa teoria — renda, capital, preço E outras categorias — foram elaborados no âmbito de uma economia baseada no trabalho assalariado e visando a maximização dos lucros (isto é, a maior porção possível da fracção o rendimento bruto que subsiste depois de se deduzirem os custos de produção materiais e os salários). Os outros tipos — não-capitalistas — de vida económica são considerados destituídos da importância 'ou em Vias de desapareção; de qualquer modo, considera-se que não têm qualquer influência nos problemas fundamentais da economia moderna e, por conseguinte, que não apresentam qualquer interesse teórico” (Tchayanov, 1924, p. 478)

O mesmo autor também ressalta um conflito entre o sistema económico capitalista com o campesinato e formas de vida ditas “primitivas” - este último termo, mesmo que um tanto etnocêntrico, não lhe tira a consciência de que:

“Encontramo-nos numa situação ainda mais difícil quando nos confrontamos com os sistemas económicos dos povos primitivos. Nesses sistemas, uma categoria de base tal como o preço de mercado (fundamental para o nosso pensamento económico) é muitas vezes inexistente. Daí que a estrutura económica do colonato romano, ou a economia natural dos povos primitivos, se mantenham completamente fora do 'pensamento económico actual.” (Tchayanov, 1924, p. 479)

Em 1800, início do século XIX, o domínio do ser humano sobre a natureza era a meta de todo esforço da sociedade, pois segundo a bíblia, livro configurado pelo cristianismo católico apostólico romano advindo do ocidente, além da ética protestante e o espírito do capitalismo, fundado na acumulação de capital (Weber, 1996), a religião

influenciou fortemente a percepção de que foi dado ao homem este domínio sobre a natureza; além de que, no fim deste mesmo século houve um complexo de mudanças na forma e sensibilidades que transformaram radicalmente as percepções estabelecidas sobre o mundo natural (Thomas, 1988, p. 289).

Na realidade, desde os tempos da renascença existia a concepção que o campo e a natureza era um lugar rude, “selvagem”, rústico, lugar da bruteza e má educação e a cidade era o berço das boas maneiras e educação as quais só podiam ser aprendidas na civilização. Bem antes de 1800, devido a deterioração do ambiente urbano já se colocava que o campo é um lugar mais bonito que a cidade, porém de uma forma romântica para com a realidade do mundo natural exaltando o campo e fazendo objeção ao ambiente físico e ao comportamento moral dos habitantes da cidade.

O trabalho assalariado sendo algo universal faz-me refletir sobre os sistemas econômicos não-capitalistas retirando essa ideia romântica propagada no mundo ocidental. Isto pois o campo passou por modificações cruéis e ainda hoje no século XXI, com a modernização desacerbada no próprio campo trouxe mais violência e conflitos e assim, hipocrisia e opressão se encontrava nos dois lugares, levando em consideração que as casas de campo idealizadas pela aristocracia não eram nada integradas com a natureza, mas sim, uma forma de trazer a civilização urbano-industrial para mais perto do campo e da natureza para ser um lugar de repouso e refrigério para uma elite dominante que equipava o campo com um grau de luxo semelhante ao da cidade e incomum ao habitante camponês.(Thomas, 1988, p. 294-296)

A religião influenciou fortemente a formação dessa forma de sentir e ver o mundo natural que perdura até hoje na implantação de áreas protegidas. Na metade do século XVII quem tinha condições de sustentar excursões para o “mundo selvagem, primitivo e intocado” — o que dizer dos *safáris* na África — cada vez mais apreciado pelo homem moderno ia também por enxergarem este mundo natural como um portão do paraíso antes da “queda” de Adão, além da valorização da beleza estética por causa da deterioração urbana, na mentalidade da época e ainda hoje, Deus fez o homem, a cidade e o campo, enquanto para outros havia uma distinção entre o urbano e o rural:

os campos são obra de Deus enquanto as cidades obras dos homens, esta refletia cada vez mais uma separação entre cidade e campo que se deu no período moderno e se intensificou até os dias de hoje.

Eu diria, também separação entre cultura e natureza que caracterizou a sociedade moderna, tendo em consideração que apenas as elites sofisticadas das cidades contemplavam e tinham o privilégio de poder contemplar a natureza intocada e antes da crescente industrialização não existia este gosto pela natureza enquanto viviam nas cidades sem serem “incomodados” pela deterioração do seu ambiente urbano não se incomodaram mas depois deste processo passaram a depreciar a vida urbana e enxergar com romantismo e inocência o campo, fundados em uma ideia mítica do mundo natural que alimenta ilusões e eu diria, projetos de conservação da natureza até os dias atuais. Na verdade, a idealização do camponês pelos artistas da época tinha a imagem idílica e não tinham nada a ver com os trabalhadores assalariados agrícolas que trabalhavam no campo durante este período.

Os poetas e artistas na verdade tinham uma forma de ocultar a realidade social e ambiental quando enxergavam os habitantes do campo mais inocentes, mansos, humildes, como se fossem imunes às tensões sociais e ambientais existentes ignorando o motivo socioeconômico da nobreza, e por conseguinte a burguesia de valorizar esteticamente o campo era mistificador e uma forma de escape também da realidade que vivia a aristocracia, a elite e a burguesia feudal, talvez aí estejam as origens da burguesia rural existente hoje no campo. (Thomas, 1988, p. 297-299)

De fato, a cidade era cheia de prazeres, oportunidades econômicas e o berço da civilização, desta forma, a vida metropolitana era tão apreciada irresistivelmente por estes fatores que as classes mais abastadas passaram a valorizar o campo. Até recentemente o fenômeno do êxodo que houve no espaço rural reflete bem a visão que se teve por muito tempo da cidade como lugar de oportunidade para uma vida “melhor”, encontrar “emprego” e encontrar uma forma de subsistir trabalhando assalariadamente, muito devido às modernizações e conflitos ocorridos no campo em relação aos camponeses. Já as sensibilidades com o mundo natural gerados no âmbito da

sociedade industrial e da aristocracia e burguesia refletem o desconforto e insatisfação com o progresso cada vez mais acelerado da civilização — a elite dominante começa a relutar a aceitar a realidade urbano-industrial que eles mesmos criaram tornando a civilização o único destino de todas as sociedades humanas e formando a sociedade moderna globalizada. (Thomas, 1988, p. 302)

No século XIX, a preocupação da civilização era tornar o ambiente habitado, domesticado e produzindo, pois isto era a forma de valorização estética que tendia a enxergar este como a beleza do campo. O aprimoramento e expansão agrícola foram imperativos econômicos e morais para a apreciação da beleza e fertilidade dos campos. A ideia era que este progresso traria mais benefícios: mais alimento e emprego, além de que o camponês da colheita obterá “lucro” - a agricultura simétrica e regular, em prol da construção da civilização seria a meta dos países colonizadores que lideraram a revolução industrial, desta forma, “o campo deveria servir a cidade”.

É claro que isso refletia a dominação sobre a natureza advinda da cultura ocidental judaico-cristã e ainda, sob outras formas de vida que não tinham sua economia caracterizada no investimento e trabalho assalariado principalmente no início do período colonial.

“Esmero, simetria, e padrões formais sempre foram a maneira caracteristicamente humana de indicar a separação entre cultura e natureza.” (Thomas, 1988, 305)

A louvação deste tempo era para com a paisagem tomada pela opulência e uniformidade do cultivo agrícola e a depreciação para com as paisagens e vastos territórios não cultivados, por que não dizer, não civilizados. Isso porque a atitude para com o mundo natural passou a ser esta, que as paisagens não produtivas aos olhos da sociedade envolvente não tinham valor porque não tinham “atração” para os olhos da civilização, que tendia a enxergar etnocentricamente estes lugares como de “gente incivilizada”, “selvagem” e “bárbaros”, uma herança do colonato romano, também da antiga romanização do Oriente e posterior ocidentalização do mundo.

Como os modernos viajantes europeus viam a natureza como ambiente romântico, quando se deparavam com a realidade (que julgavam mansa e inocente) e não era bem assim, eles sentiam medo e consideravam perigoso lugar por causa dos “caminhos sinuosos” ou “trilhas irregulares”. alimentou tanto as práticas de turismo antes como hoje, por isso, existe o conceito de áreas destinadas apenas à exclusiva preservação e visitação ecológica e com inúmeras regiões naturais delimitadas e guardadas por parques, trilhas, corredores ecológicos nos quais mantém aquele mundo ainda separado das sociedades humanas e intocado.

É claro que isso reflete o domínio que estes exerciam sobre a natureza, afinal as áreas onde o homem pode estabelecer o seu controle com a paisagem domesticada, eram mais agradáveis aos sofisticados modernos, mas isso se transformou, como refletiu K. Thomas (1988), a paisagem intocada deixou de ser objeto de aversão e se tornou uma fonte de retorno ao Éden, surgia assim uma nova atitude ante a natureza “selvagem” que era a apreciação estética junto à capacidade de inspiração e emoção, quanto mais intocada ela fôsse. (Diegues, 2008 apud Thomas, 1988, p. 308)

Houve também dissidentes da tese que a terra degenerou desde o pecado original e desde a Criação, assim, estes também tinham uma visão utilitária e que via uma “agradável” diversidade da natureza, mas entendiam que era um propósito de Deus, porém, esta tinha uma dimensão baseada na beleza estética e “formosura selvagem e original” da terra. Seria muito bom para os injustos que a causa da terra ter “se degenerado” fosse o pecado original, retirando assim toda a responsabilidade do ser humano pelas consequências de suas ações negativas com relação à natureza e sua diversidade biológica e cultural.

Com as mudanças na percepção e sensibilidade com a natureza ocorridas, os que antes foram desprezados por serem taxados “bárbaros” e “incivilizados”, agora eram elogiados por sua “inocência” e simplicidade, e as paisagens não domesticadas e não controladas pelo homem já não mais incomodava, pelo contrário, elas eram a mais elevada beleza natural e divina, deveriam ser resguardadas. Daí também o etnocentrismo enraizado na noção mítica do “bom selvagem”, que ganhava força nesse

período chegando a ser uma devoção semi-religiosa europeia perante uma paisagem “selvagem”, e nisso os Ingleses — os quais é importante ressaltar que são os ancestrais dos norte-americanos, foram muito mais além neste período, principalmente com atividades como alpinismo, e também a prática da botânica — raiz do turismo ecológico radical e da ciência biológica reducionista. Essa devoção pela paisagem agora se dava também porque as áreas não dominadas pelo homem estavam mais acessíveis para os moradores urbanos, que viam na natureza selvagem (wilderness) um atrativo turístico e educacional apenas. (Thomas, 1988, p. 310)

o progresso da agricultura, as formas dos jardins nas paisagens intocadas tinham que ser agora “mais naturais”, sendo assim, o campo era circundado por jardins e isto se deve ao fato da jardinagem paisagística ser um dos motivos de orgulho dos ingleses por serem “mais naturais”, herança que se deve à expansão da agricultura, porém tinha um apelo praticamente apenas estético, mas não havia uma nítida (ainda que houvesse) distinção entre o terreno cultivado e o terreno inculto, e a jardinagem tentava “imitar” os traços “rústicos” da natureza “selvagem”. Em suma, estas mudanças na percepção para com o mundo natural e a apreciação de uma terra antes “inculta”, se dava, entre aqueles que tinham posição social e econômica para contemplar sem problemas sociais e ambientais um pedaço de terra que poderia produzir alimento. Na verdade, os que necessitavam da terra para sua subsistência e trabalhavam arduamente não tinham esta visão romântica com o mundo natural, pois estes enxergavam o campo sob uma perspectiva diferente que servia (e serve) de luz ao observador, e que difere muito da visão do turista.

Esta sensibilidade com a natureza intocada na realidade era comum entre a elite dominante e feudal e requer educação clássica, conhecimento de história e literatura, pois era algo nascido entre os sofisticados europeus e de um público “intelectualizado”, na literatura e artes em geral, que na verdade, antes tinha a visão de um lugar rude, inculto e incivilizado. Hoje isso se reflete na classe média burguesa que também com uma visão escapista, ainda mantém uma percepção da natureza como um lugar nunca

antes manejado e aprecia as belas paisagens não cultivadas devido à uma harmonia estética. (Thomas, 1988, p. 316)

É claro que as classes mais baixas agora deveriam por sua “falta de educação” e situação social passarem por cursos preparatórios para uma visita aos campos da vizinhança. A antiga concepção de que a paisagem dominada pelo homem e cultivada era melhor passou a ser contestada por esta classe, que encontrava facilidade por não estarem ligados ao processo de transformações no campo e não envolvidos no processo do cultivo, assim, as classes mais altas atribuíram uma contemplação desacerbada de um cenário intocado, e que hoje, devido ao passado histórico, tem que ser protegido das sociedades humanas e os movimentos preservacionistas querem manter estes ambientes naturais intocados antes que o progresso da civilização os destrua. (Thomas, 1988, p. 318)

Quanto mais o ser humano avançou em sua forma de desenvolver a sociedade hoje globalizada, mais por vezes se esqueceu o quanto este esforço valeu uma guerra e extermínio com todas as outras espécies que estiveram pelo caminho, além do risco de sua própria extinção hoje devido aos problemas socioambientais das últimas décadas - como bem refletiu K. Thomas(1988):

“É fácil esquecer hoje quanto esforço o homem dependeu na guerra contra as espécies que competiam com ele pelos recursos da terra.” (THOMAS, 1988, p. 325)

É bem claro que as medidas artificiais criadas para preservação da vida selvagem já bem antes eram porque, na visão ocidental, o homem depende desta mesma natureza para obter alimento e deve dominar sobre ela porque necessita dos “recursos” naturais para exploração, além de que, dependia também para a prática de esportes comuns entre a aristocracia, e hoje comuns à burguesia, sendo que desde os tempos medievais já existiam parques com este cunho para proteger animais de caça, um dos maiores símbolos nacionais norte-americanos — o gosto pela caça de “animais selvagens.”

No século XIX, a casa real das famílias/dinastias da Inglaterra tinham casas de animais as quais simbolizavam exatamente o domínio do homem sobre a natureza - o zoológico nessa época era o símbolo da conquista colonial sobre o mundo natural e ainda de riqueza e status social, mas, principalmente, era apreciado pela beleza estética daquele mundo intocado. Basta lembrar das *ménageries* que ocorriam na Europa medieval com animais e aves raros, já que o público, afastado da terra, tinha interesse incomum em ver animais incomuns por mera conservação artificial.

A contribuição da religião e da visão utilitarista do mundo natural fundamenta cada vez mais a ideia de que as áreas de “natureza selvagem” deveria ser, dentro de limites estabelecidos (hoje, por lei) serem conservadas. Isto pois nasceu de uma combinação entre o impulso religioso católico-protestante principalmente, a curiosidade intelectual de uma elite dominante e o prazer e apreciação da beleza estética, os quais eram agora um dever moral. Esta sensibilidade que deu origem às leis dos séculos XIX e XX para a implantação de áreas protegidas para preservação de espécies, estudos científicos e proteger a natureza “selvagem”. A contradição desta visão era que os mesmos educados que apreciavam a beleza estética do ambiente intocado agora tinham sido responsáveis pelo processo que afetou estes ambientes, como por exemplo a família de banqueiros londrinos que tinham ajudado a financiar toda expansão urbano-industrial.

Na verdade, a sensibilidade estética do próprio colonizador agora estava sendo afetada e agredida pela conquista do homem e domínio sobre a natureza, uma vez que existia a ideia cristã ainda de que estes animais “selvagens” um dia deixariam de serem “brutos” ou “ferozes” para viver, assim, em “paz” com o ser humano como fora no Éden - esta sensibilidade com o mundo natural afetou severamente as políticas nacionais e internacionais de conservação da vida natural quando estas surgiram. Os animais antes que eram subjugados sem precedentes devido à crescente industrialização do mundo no início do período moderno agora eram vistos como oprimidos e degradados por pensadores naturalistas da Europa, os quais consideravam, de forma positivista, que a

medida que a civilização se “aperfeiçoava” os “inferiores” animais eram mais degradados e criticavam que ela corrompeu o homem.

Segundo Thomas (1988), a visão era de que:

“Os animais domesticados eram como os aborígenes outrora orgulhosos, desmoralizados por seus conquistadores europeus.” (Thomas, 1988, p. 341)

Já nos séculos XIX e XX surgiram defensores dos direitos dos animais contra zoológicos e *ménageries* pois ofendiam a dignidade natural e dos seus “moradores” sendo que consideravam degradante também agora a domesticação dos animais. Assim, havia também agora a objeção à alimentação carnívora, ainda mais contra sociedades não-capitalistas que subsistem da caça. A ideia que o homem era vegetariano por natureza era universal e antiga, porém foi fortemente influenciada pela cultura ocidental judaico-cristã, ainda que tenha sentido, pois nosso ancestrais primeiros, os primatas, eram na maioria vegetarianos, não generalizando, pois há espécies de primatas que se alimentam de algum tipo de carne e é bem mais provável que o surgimento de uma economia fundada na caça de animais gerou mudanças para que a alimentação carnívora cada vez mais se tornasse universal para o processo biológico que chamaram “evolução da espécie humana”. Afinal, nem todas as sociedades humanas se alimentaram da carne, bem como nem todas as sociedades devem ser vistas segundo a tradição judaico-cristã vegetarianas por natureza.

Segundo a mesma tradição cultural judaico-cristã acreditava-se que o ser humano era vegetariano e que foi o Pecado Original de *início* a alimentação carnívora que existe no mundo até hoje, mais uma vez, retirando assim a responsabilidade do *homo sapiens* pela dominação do mundo natural. Para a tradição judaico-cristã a carne tornava o homem corrompido pois refletia o pecado e o que não era gerado por um ato sexual ou por um assassinato de um animal - era um sinônimo de “vencer” a matéria. Esta visão eurocêntrica do mundo natural se esquecia dos fatos que ocorriam em sociedades diversas que se alimentavam da carne, estas eram taxadas selvagens, pois

comer carne agora era algo “cruel”, “rude” e sinônimo de crueldade, devido à alta sensibilidade do homem moderno para com o mundo natural.

A carne passou a ser associada à ferocidade, ódio e violência. Nos tempos medievais, os “homens viris e corajosos” louvavam a carne sangrenta como se fosse marca de “virilidade”, assim, em parte, o vegetarianismo era um meio de refrear uma certa “agressividade”, pois entendiam de sua forma que a alimentação carnívora afetava diretamente o caráter da pessoa. Os ensinamentos vegetarianos se davam entre as pessoas mais cultas com o argumento de que comer carne não era “natural” - o que reflete bem a visão idílica para com sociedades que se alimentavam de carne, principalmente as consideradas bárbaras e “selvagens” ou “primitivas”, denotando o etnocentrismo enraizado na civilização ocidental já que agora, comer carne, era um “bárbaro costume”.

Vale lembrar o choque cultural que existiu entre a então sociedade europeia ocidental com o canibalismo praticado em culturas milenares, as quais nunca antes tinham tido contato. Toda essa visão euroamericana reflete a separação que se criou, ou um abismo, entre o mundo natural e o mundo material - entre natureza e cultura. (Thomas, 1988, p. 348)

A contradição também desta parte da sociedade europeia que frutificou na América do Norte, era que, enquanto chamavam os que manuseavam a carne crua de sujos, sangrentos, assassinos, cruéis, rudes, impiedosos, brutos e ríspidos, como disse o economista positivista escocês Adam Smith sobre os açougueiros na Inglaterra, “é função brutal e odiosa” - mesmo assim a aristocracia não abria mão de se alimentar de um prato bem feito de carne de rosbife.

A questão, na verdade, era estética e moral pois os açougues e matadouros deixavam as ruas de Londres “feias”, enquanto moralmente era contra “bondade e compaixão” matar animais para alimentação. O vegetarianismo moderno proclamado hoje pelas classes média e alta se originou deste efeito visual e moral no passado devido ao abate de animais, que além de ter para a sociedade um efeito de brutalidade sobre o caráter humano o consumo de carne fora visto como algo que “faz mal à

saúde”, pois para além disso tornava os homens cruéis e “ferozes”.Esteticamente e moralmente a carne era associada a ‘raiva’, dessa forma, por conseguinte, associada à guerra, morte e pecado. Ou seja, a raiva era feia esteticamente e moralmente bem como os modos de produção da carne, e assim, eram as pessoas culpáveis pela alimentação carnívora.

Atualmente devido às formas industriais modernas de produzir e processar carne em massa existe um grande movimento para a redução do seu consumo, mas seria necessário também a redução em todos os tipos de consumo. O “homo sapiens”, segundo a classificação biológica, hoje, tem um domínio sob todas as outras espécies se considerarmos que esta avançou extinguindo a diversidade biológica, sem olhar para a diversidade cultural, e hoje, querendo conservar a natureza, reflete o quanto a sociedade capitalista industrial advinda do Norte que colonizou toda a América está separada da natureza, ou ainda, que esta cultura está separada da natureza, pois desde o período colonial, os povos e comunidades tradicionais indígenas e não-indígenas são vistos como sociedades sem Estado, com a ilusão que toda sociedade somente existe e deve existir para o Estado, e que linearmente, todas estas sociedades diversas devem percorrer a linha estabelecida pelo progresso a fim de civilizar a vida “primitiva”. Esta visão etnocentrista perdura ainda nos órgãos e instituições governamentais como a FUNAI e no próprio governo Brasileiro, basta lembrar da recente afirmação do novo presidente do órgão de que “os indígenas não podem ficar *parados* no tempo.” (Clastres, 1978, p. 2)

Hoje, querendo preservar áreas intocadas, o Estado gera conflitos socioambientais como em Grão Mogol, fundados no antropocentrismo de que para a espécie humana sobreviver que seja feito o necessário — inclusive acabar de uma vez só tanto com a diversidade biológica quanto cultural se não há diálogo entre as partes dentro do modelo dominante, caracterizando o tempo geológico que os cientistas têm chamado Antropoceno.

4. O Parque Estadual em Grão Mogol

A definição clássica com relação a conservação da natureza é a proposta pela WWF e IUCN, na Estratégia Mundial para a Conservação em 1980:

“Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas.”

Gostaria de chamar atenção para duas coisas nesta definição: a primeira é de que, por fim, passam a caracterizar ou entender a conservação juntamente ao manejo do uso humano e não apenas o mundo natural como tal, porém ainda sim, uma estratégia mundial para conservação acaba sendo inviável e limitada pautada apenas em bases técnicas e científicas modernas - uma solução universal que não funciona quando se deparam com situações fundiárias completamente distintas nos países do Sul, desta forma, para os conservacionistas, é como se as relações sociedade e natureza fossem uma só, ou a mesma, em todos os lugares, no mundo globalizado.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define a conservação como:

“Manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral
(projeto de lei 2.892, de 1992)”

Esta definição, diferentemente da IUCN e WWF, leva em consideração o conhecimento dos povos tradicionais na definição das áreas protegidas, pois entende o

manejo do uso humano da natureza, bem como também insere aí o conceito de desenvolvimento sustentável pensando no benefício de gerações atuais e futuras, porém, a exemplo de como refletiu Diegues (2000) a base deste conservacionismo é fundado naquela ideologia euroamericana que limita a conservação as atividades de proteção, manutenção e restauração do mundo natural, com medidas como implantação de áreas protegidas, assim, aplicada na prática, ainda se baseiam em decisões e atividades que estão longe das necessidades das populações locais e dos povos e comunidades tradicionais do entorno, como se observa no caso da implantação do PE Grão Mogol. (Diegues, 2000, p. 2)

Na América Latina a implantação desses parques começa com o objetivo de tornar o meio ambiente menos tocado possível. No Parque Estadual Grão Mogol a noção de conservação do mundo natural que ali predomina é reducionista ao manejo científico do ambiente, pensando em objetivos pautados na valorização da beleza estética, educacional, recreacional e econômicos, que é a visão predominante no conservacionismo importado do Norte, onde as características ecológicas e sociais são diferentes do Sul, não levam em conta o saber e as características das sociedades que têm visões e princípios construídos com base em relações de interação contínua com o mundo natural como os povos e comunidades tradicionais indígenas e não indígenas.

Na realidade, a solução de implantar áreas protegidas, parques, reservas naturais desabitadas foram impostas aos países com características sociais e ecológicas diferenciadas, principalmente, devido ao ambientalismo que surgiu com o colonialismo inglês e norte-americano com a implantação de parques nacionais. A transferência da ideologia norte-americana de wilderness e um mundo selvagem intocado acaba resultando, em suma, em gerar recursos para os mais ricos a partir dos mais pobres, além de gerar conflitos socioambientais com os povos no entorno os quais se sentem pressionados, limitados e até mesmo correndo risco de expulsão, além de criar uma área de especulação imobiliária. A consequência da importação desse modelo norte-americano de parques nacionais foi gerar inúmeros impactos negativos e conflitos sobre o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais indígenas e

não-indígenas através de uma parte da sociedade oriunda de uma antiga elite feudal - à exemplo do início do período de colonização dessa área que se deu através de um senhor de escravos - o então barão de Grão Mogol - e agências conservacionistas internacionais como a WWF e a IUCN. (Diegues, 2000, p. 3,4)

No entorno do Parque Estadual Grão Mogol residem seis comunidades tradicionais que se articulam entre si desde a sua implantação. São elas: s comunidades de Bocaína, Santa Rita, Bosque, Taquaral, Bosquinho-Ventania e Serra do Barão.

O objetivo principal desta parte é identificar os grupos de interesse que emergiram em conflito após a implantação do parque e assim estabelecer uma análise socioambiental dos conflitos estabelecidos no processo de criação do Parque Estadual de Grão Mogol - fundado a partir deste modelo ainda hoje dominante de preservação que mantém organizações conservacionistas no Norte e associadas no países do Sul, e se pautam nos princípios que julgam universais para todas as sociedades diferenciadas, e são dois principais princípios que pretendo refletir a partir da análise de Diegues (2000): a natureza para ser conservada, deve estar separada das sociedades humanas; e o segundo princípio que a noção de mundo selvagem (wilderness) estabelece que a natureza somente pode ser protegida se separada do convívio humano, que expandiu-se por todo mundo e como dito anteriormente, com etnocentrismo e imperialismo. Isso acaba por se tornar um luxo dos países considerados mais ricos ou “desenvolvidos”(e inclusive luxo para turistas) que não é acessível em outros lugares quando é aplicada, principalmente nos países ditos “subdesenvolvidos” onde predominou a exploração das potências européias que lideraram a revolução industrial desde o período colonial.

A exemplo do marxismo alguns ecologistas enxergam o capitalismo industrial como força motora da exploração, e o marxismo ecológico que o vê também como a força motora da exploração e destruição da natureza como um todo, porém existe uma grande crítica dos ecologistas sociais quanto à posição dos ecologistas reducionistas pois estes ignoram o fato que os problemas ambientais tem raízes nas questões sociais, não sendo necessidades separadas. A exploração do trabalhador está

diretamente associada à exploração do mundo natural como um todo, desta forma, os ecólogos são neomalthusianos ao afirmarem uma espécie de solidariedade com o mundo natural mas ao mesmo tempo não deixarem de emanar uma visão antropocêntrica, advinda de uma racionalidade cartesiana que somente raciocina como ser humano e coloca a natureza como à disposição somente da exploração econômica para manutenção, enxergando-a como mero “recurso natural” - sem levar em consideração estudos das relações entre outras formas de vida com o seu ambiente (Diegues, 2000, p. 10).

“O que é claro é que a visão de mundo natural dos conservacionistas ocidentais é uma construção cultural não necessariamente partilhado por outros povos e civilizações que têm visões muito diferentes de sua relação com o que chamamos natureza [...]”

(Diegues, 2000, p. 8 apud Colchester, 1997)

A mitificação da natureza como um espaço intocado e intocável serviu de base para a construção da percepção preservacionista: “criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas, de acordo com a ideia, de origem cristã, de paraíso perdido.” Isto trouxe grande problema devido às áreas naturais passarem a servir de locais de turismo e aventura e paraísos da especulação imobiliária como acontece em Grão Mogol. A legislação ambiental favorece os interesses de grandes organizações internacionais, e o próprio SNUC, é classificado por Diegues (2008) como um “*sistema fechado, isolado da realidade do espaço total brasileiro, que tem sido amplamente degradado e mal desenvolvido há décadas.*”

A realidade também, é que a diversidade cultural contribui para a manutenção da diversidade biológica, fato que não é levado em consideração quando se cria um Parque Nacional Estadual que somente tem em vista atividades científicas e de lazer, como acontece em Minas Gerais, limitando e pressionando as comunidades no entorno. Na verdade, em contraposição a essa ideia, o manejo e conhecimento tradicional dos povos e comunidades residentes na área contribuiu ao longo de décadas para a

manutenção da biodiversidade no local de suas terras. Um ponto chave também que é importante considerar é que o Estado brasileiro enxerga as terras como pertencentes à União e não a esses povos ancestrais, e muitas vezes as negociações políticas acabam ficando injustas devido à bancada ruralista predominante do plenário brasileiro qual está buscando flexibilizar os interesses das organizações conservacionistas internacionais e empresas, e assim continuam a enxergar a terra como um mero recurso disposto para a exploração econômica ou um ambiente intocado e intocável, ignorando processos de territorialização, no Brasil, de centenas de anos e o conhecimento tradicional — o etnoconhecimento.

Como acontece em Grão Mogol, existe ainda uma ligação entre a ecologia profunda, a biologia da conservação, e a proteção do mundo natural no Brasil, entendido como habitats despovoados, por causa da valorização das paisagens e de sua beleza estética apenas, fruto do modelo dominante de conservação norte-americano transplantado aos países do Sul e demais colonizados na América, ou África - como analisou Diegues (2000):

“Muitos africanos pensam que os brancos estão estabelecendo regras para proteger os animais que os próprios brancos querem visitar...Por que os africanos deveriam apoiar tais programas? O Fundo Mundial para a Vida Silvestre - WWF - prometeu fazer o que os africanos quisessem, porém então, tentou manipulá-los para fazer o que os ocidentais queriam; e os africanos que não concordaram, foram ignorados. (Diegues, 2000 apud Bonner, apud Gunha, 1997:16)

A biologia da conservação nasceu nos anos 60 nos EUA como disciplina científica com objetivo de associar ciência e gestão ambiental, porém esta disciplina sempre buscou focar-se em estudar formas das áreas protegidas e tamanhos, estabelecendo corredores ecológicos e desenvolvimento de técnicas para avaliar a extinção de espécies. Por este motivo ela nunca se preocupou com as relações entre populações humanas e seus *habitats*, nos termos científicos, e esta representa-se com visão oposta às interações que existem entre comunidades tradicionais e seu território,

visão que ainda influencia fortemente a implantação de parques e áreas protegidas no Brasil e em todo o mundo, como no caso do Parque Estadual em Grão Mogol.

As propostas vindas deste tipo de visão limitada da biologia da conservação tende a gerar conflitos com as populações locais pois existe uma limitada capacidade da biologia quando relacionada com a conservação integrar o ser humano nestes estudos, incluindo as suas técnicas de proteção e manejo, pois as soluções propostas pelos técnicos, na realidade, buscam minimizar problemas com a biodiversidade devido à fragmentações no local e é limitada justamente pela incapacidade de incorporar os estudos das relações ser humano\natureza, entendendo que os povos tradicionais, em geral, não são conservacionistas totais, mas que impactam o ambiente de forma diferente, não sendo romântico para com estes e com a natureza, eles diferem do sistema capitalista urbano-industrial em seu modo de vida tradicional, mesmo que estejam envolvidos pelo mercado e diretamente associados aos processos agrícolas e mudanças no campo devido à expansão da pecuária e indústria — mudanças as quais geraram grande diversidade fundiária. (Diegues, 2000, p. 12)

Segundo Manuela Carneiro da Cunha e Mauro W. B. Almeida (2010):

“O emprego do termo “populações tradicionais” é propositalmente abrangente. Contudo, essa abrangência não deve ser confundida com confusão conceitual. Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia.

Se as definirmos como populações que estão fora da esfera do mercado, será difícil encontrá-las hoje em dia. Nos textos acadêmicos e jurídicos descrevem-se em geral as categorias por meio das propriedades ou características dos elementos que as constituem. Mas as categorias sociais também podem ser descritas “em extensão” – isto é, pela simples numeração dos elementos que as compõem. Por enquanto, achamos melhor definir as “populações tradicionais” de maneira “extensional”, isto é, enumerando seus “membros” atuais, ou os candidatos a “membros”. Essa abordagem está de acordo: com a ênfase que daremos à criação e à apropriação de categorias, e,

o que é mais importante, ela aponta para a formação de sujeitos por meio de novas práticas.

Isso não é nenhuma novidade. Termos como "índio", "indígena", "tribal", "nativo", "aborígene" e "negro" são criações da metrópole, são frutos do encontro colonial. E embora tenham sido genéricos e artificiais ao serem criados, esses termos foram sendo aos poucos habitados por gente de carne e osso. É o que acontece, mas não necessariamente, quando ganham status administrativo ou jurídico. Não deixa de ser notável o fato de que com muita frequência os povos que começaram habitando essas categorias pela força tenham sido capazes de apossar-se delas, convertendo termos carregados de preconceito em bandeiras mobilizadoras. Nesse caso, a deportação para um território conceitual estrangeiro terminou resultando na ocupação e defesa desse território. É a partir desse momento que a categoria que começou por ser definida "em extensão" começa a ser redefinida analiticamente a partir de propriedades. No início, a categoria congregava seringueiros e castanheiros da Amazônia, expandindo-se, para outros grupos que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina a babaçueiras do sul do Maranhão e **quilombolas** do Tocantins. O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. E, acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar **serviços ambientais**. Embora, como buscaremos mostrar, as populações tradicionais tenham tomado os **povos indígenas** como modelos, a categoria "populações tradicionais" não os inclui. A separação repousa sobre uma distinção legal fundamental: os direitos territoriais indígenas não são qualificados em termos de conservação, mesmo quando se verifica que as **terras indígenas** figuram como "ilhas" de conservação ambiental em contextos de acelerada devastação. Para realçar essa especificidade da legislação brasileira que separa os povos indígenas das "populações tradicionais" não os incluiremos nesta categoria, e estaremos usando, quando necessário, a expressão "populações indígenas e tradicionais".

(Fonte: Instituto Socioambiental - ISA)

Autoria: Manuela Carneiro da Cunha (Antropóloga, Professora da Universidade de Chicago); Mauro W. B. Almeida (Antropólogo, Professor da Universidade Estadual de Campinas) (2010)

4.1. O contraste global *versus* local da conservação da natureza

Como vimos no início deste trabalho a ideia do mundo natural intocado é fruto de toda sensibilidade com relação a conservação da vida “selvagem”, que se iniciou na Inglaterra, e teve sua origem na América no Norte, no final do século XIX, com a criação do parque Yellowstone, onde suas áreas demarcadas não poderiam ser colonizadas, ocupadas ou vendidas pelas leis norte-americanas — ideia que influenciou as políticas públicas de UC’s em todo o mundo. Existe um fato interessante que houve em 1854, quando o então governo dos Estados Unidos chegou a tentar convencer um chefe da etnia Seattle para que vendesse suas terras, e assim em troca seriam deslocados para outra área com seu povo em “outro território”, como se a terra fosse mera mercadoria. O chefe indígena recusou-se a negociar com o governo e assim manifestou um dos primeiros atos de manifesto ambiental conhecidos do planeta.

Para estes primeiros “negociantes” os povos considerados por eles “selvagens” ou “nativos”, não deveriam permanecer dentro das áreas delimitadas para serem Unidades de Conservação, mesmo que estas já estivessem sendo manejadas há milhares de anos, e são florestas que se transformaram em áreas naturais onde não há uma intervenção direta. Segundo consta nas informações obtidas depois de praticamente o extermínio total da expansão chamada “marcha para o oeste”, o conceito de parque nacional como área intocável e “selvagem” foi criado. (Martins, Costa, Lopes, 2008)

Na verdade, com a grande aceleração da urbanização das cidades e a difusão do capitalismo norte-americano as elites tinham grande interesse em preservar grandes áreas naturais para que ficassem à disposição dos cidadãos urbanos para recreações ou caça, ou para estudos científicos por mera curiosidade intelectual apenas.

“A criação de Yellowstone e de outros parques mundo afora caracteriza também o início de uma fase em que o Estado passa a ser o maior responsável pelo processo de implantação e gestão territorial das unidades de conservação, visando benefício

público. Além de implantar mecanismos de criação (demarcação, desapropriações, indenizações, soluções de questões fundiárias etc), tem que promover a gestão administrativa (destinação de verbas orçamentárias, contratação e treinamento de funcionários, edificações, infra-estrutura, fiscalização, etc). Logo, passa a ser o grande agente interventor da organização territorial das unidades de conservação, planejando e regulando as atividades em seu interior.” (Martins, Costa, Lopes, 2008, p. 15)

Esses termos só demonstram o quanto os direitos territoriais e humanos dos povos tradicionais, sendo povo indígenas ou não, desde o início da instituição de áreas protegidas foram sendo retirados, e hoje se buscam soluções meramente compensatórias ainda semelhantes como indenizações, demarcações, desapropriações, para estas questões socioambientais, sem nenhuma consulta aos povos locais, usurpando suas terras e controlando o território, pois soluções universais na era da globalização como estas não se aplicam em localidades distintas e com grande diversidade fundiária.

No início do século XX, realizou-se pelo menos três reuniões globais importantes de se destacar acerca das questões da conservação da natureza no mundo, estas foram: o Clube de Roma em 1968, a conferência de Estocolmo em 1972, e a ECO 92 realizada no Rio de Janeiro em 1992. Em todas elas a questão que se colocava era o desenvolvimento e o meio ambiente, além das relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos — termos que estavam muito longe das aspirações dos povos e comunidades que ocupavam a área.

No Norte de Minas houve um desmantelamento e instabilidade na vida das populações e povos tradicionais locais, que ocupavam essas áreas demarcadas, as quais se sentem ainda encurraladas e impossibilitadas de reproduzir seu modo de vida social, ambiental e material.

Os parques nacionais são, na verdade, criados por governantes em seus gabinetes sem nem pensar sequer no processo de territorialização e construção da identidade destes povos com o lugar, e sem serem consultados previamente, desta

forma, estes parques sempre são e foram criados a partir de uma hierarquia (de cima para baixo).

Como dito, o que leva a situação se agravar é a ignorância total quanto ao histórico de vida das populações que ocuparam a área pois sempre interessa muito mais para o Estado-nação a criação da Unidade de Conservação por motivos de interesses de expansão do capital ou fazer uma espécie de autopromoção política e ambiental para dizer para a sociedade civil que se preocupa com a preservação do meio ambiente. Em suma, é planejado antes por governantes e depois por decreto os limites que serão estabelecidos da Unidade de Conservação e apenas depois de estarem prontos informam ou apresentam para a população e povos do entorno demonstrando o total despreparo e o descaso do próprio Estado com a elaboração de políticas públicas ambientais que permitam a união do conhecimento tradicional na forma de manejo da terra, com o conhecimento que o parque criado pretende proporcionar — a legislação regulamentar que é usada na criação de UC's é reducionista e não leva em consideração de forma excludente, quem manejou a terra, e proporcionou a verdadeira conservação do ambiente que foi delimitado por lei, por isso a necessidade da etnoconservação.

Este modelo atualmente traz consigo todos esses efeitos socioambientais pois foi criado e projetado em toda América Latina exigindo que nenhum tipo de população ocupe essas áreas destinadas para conservação, assim o processo de desafetação dos povos do entorno e residentes na área da UC proporciona o impacto socioambiental, afetando a cultura e o meio ambiente.

Uma UC se caracteriza por:

“Um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público com adjetivos de conservação e limites definidos, sob o regime de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção conforme inciso I do artigo 2º do capítulo I da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - de nº 9.985 de 18 de julho de 2000.”

Como fora dito, as negociações começam em gabinetes de políticos, e assim sucedeu com o Parque Estadual Grão Mogol, que foi criado em 1998, por um governador e força do Decreto nº 39.906, chamado Eduardo Azeredo, o que na época muito beneficiou publicamente sua imagem como “político que se preocupa com as questões ambientais.” Este foi implantado devido, principalmente por questões políticas, estéticas e morais para com sua paisagem, flora e fauna - as quais são caracterizadas a seguir:

Quanto as paisagens desta UC, são territórios com altitude elevada, chegando a mais de mil e trezentos metros, e está, em sua maior parte, dentro da Serra Geral que ali naquela região é conhecida como a Serra da Bocaína ou também Serra do Barão. Existe um vale conhecido como Rio do Bosque além de outros rios passarem pela serra, em um relevo que é na maioria da sua extensão montanhoso e é inserido em uma região de chapadas onde a altura chega até cinco mil metros. Assim, são três principais: a chapada do Bosque, chapada do Bosquinho e chapada do Cardoso, onde existe uma divisão de redes hídricas interligadas em sub-bacias que ficam bem entre o córregos taquaral, bosque e bosquinho os quais formam o conhecido Rio do Bosque. Fazendo parte da mesma rede, há o rio ventania, que se estende até o Rio Itacambiraçu, afluente que fica na margem esquerda do Rio Jequitinhonha, sendo diversos cursos d’água que nascem da Serra da Bocaína e vão alimentando toda a extensão do ribeirão, por fim, desaguando no rio Itacambiraçu.

Com relação a flora do parque, são predominantes em campos altos de cerrado, nas chapadas tem uma diversidade de plantas, além do cerrado que fica na parte de baixo onde há pequizeiros, árvore de lichias, conhecida como “lixreira” e o pau terra, entre outras, como a conhecida tradicionalmente pelo nome canela-de-ema. Há uma densa caatinga arbustiva com a presenças de espécies de plantas características do cerrado como bromélias e cactáceas. Vale ressaltar também o campo de sempre-vivas, além do vale de dois rios como pontos relativamente importantes desta região, o rio Bosque e o rio Ventania. Na relação para com o “mundo natural” que tem a sociedade

nacional, nesta região, está a causa principal dos conflitos socioambientais pois existem muitas ocorrências de povos tradicionais os quais estavam restritos à este ambiente.

Visando a importância ecológica desta região do cerrado, e diversidade de cursos de água existente e matas de galeria nas encostas de chapadas, o parque foi implantado pensando apenas nas questões estéticas, científicas e de recreação, chamando atenção principalmente para a quantidade de córregos que estão presentes na sub-bacia do Rio Ventania — córrego da Onça, Lajeado, Camarinho, Capão Grande, Bosquinho, Limeira, Coqueiro, Ilha das Cobras, Aroeiras, Fundo, Buriti, Bom Despejo, Milagres, Elias, Invernada, Cornélio e do Rio Bosque, além dos córregos Gongo, Taiobeiras, Carvahada, Gangorra, Andorinhas, Cordenciana, Macaúbas, e Taquaral, assim como rio Ventania. (Martins, Costa, Lopes, 2008)

Com relação à fauna, é importante destacar que no PE em Grão-Mogol existem espécies que são consideradas, nos termos biológicos, ameaçadas de extinção, e são excessivamente considerados como símbolo da “vida selvagem intocada” naquele território: lobo-guará, onça-parda, jaguatirica, tamanduá-bandeira, tamanduá de coleite, tatu canastra, macaco sauí, lontra, dentre outras.as... será que a diversidade existente na humanidade não está também ameaçada de extinção? Será que preservar somente a diversidade biológica sem pensar na diversidade cultural não faz com que cada vez mais nos distanciamos do mundo natural, mesmo estando nele inquisitado?

As comunidades e povos tradicionais podem não serem conservacionistas natos, afinal a forma de manejo da terra desses está naturalmente ligada a um processo de territorialização e luta de resistência contra o modelo globalizante, e mesmo ainda assim, são eles que convivem de forma muito mais integrada com a própria natureza que os faz subsistir pois a cultura está inserida na natureza, e a natureza na cultura.

A verdade é que o parque apresenta-se como sendo uma área destinada de forma reducionista para a apreciação das belezas estéticas da paisagem natural, e preservação de espécies da fauna e flora, além de resguardar “recursos naturais”, assim, não há nenhum outro motivo/causa sequer considerado(a) pelo governo. Neste caso, há também dois agravantes: o primeiro é a valorização por parte de políticos e

dos gestores estaduais e eu diria, uma elite dominante, que existe ainda hoje, e que estavam interessados em preservar uma espécie de cacto — no termo biológico conhecido como *discocactus hortii* — endêmica na região baixa da Serra do Barão, e que foi considerado de ocorrência única nesta região de todo o planeta, o que interferiu ainda mais para o início das ideias preservacionistas nesta região no norte de Minas. Dada a construção da usina hidrelétrica de Irapé formou-se o lago da represa, fez com que as populações locais afirmassem que o parque deveria ser criado mesmo, para ajudar a preservar também os mananciais de água que drenam este lago que se formou após a instalação da represa e barragem.

Certamente, por estes dois motivos principais, a preservação da fauna e flora, além da preservação dos cursos de água da região, foi o que gerou a demanda para a criação da UC, através, no início, da Prefeitura Municipal pelo prefeito da cidade na época chamado Jefferson Figueiredo que julgou estes dois fatos fundamentais, distanciando as sociedades humanas, para a criação e implantação desta Unidade de Conservação da Natureza, os quais foram baseados por um parágrafo do Art. 1 do Decreto 39.906:

“O Parque terá por finalidade proteger a fauna e a flora regional, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições propícias ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos, bem como propiciar alternativas de uso racional dos recursos naturais, como turismo ecológico.”

4.2 A emergência dos grupos sociais em conflito

Desde o projeto até a implantação do PE, por causa de uma demanda política da Prefeitura Municipal de Grão Mogol, que isto não foi bom e nem de acordo para os moradores do entorno e da pequena cidade no norte de Minas Gerais em 1998, além da ilusória e mítica pretensão de tornar ali a natureza intocada, prezando somente a diversidade biológica, geraram conflitos de interesse no mesmo recorte territorial entre os atores sociais envolvidos no processo de implantação.

Visto que isto significava a desocupação da área, destinada exclusivamente para a preservação ambiental, dessa forma, me pergunto se é possível neste sistema capitalista industrial mítico fundado no progresso e forma mítica de manejar a natureza sem as sociedades humanas existente ainda hoje na sociedade global — ao invés de separar cada vez mais do homo sapiens a natureza do próprio ser humano — tem condições efetivas de promover, gerar, e realizar integração para uma nova forma de preservação socioambiental, que inclua os estudos realizados sobre sociedade e natureza. Isto, pois, refletindo acerca desta separação entre natureza e cultura enraizada na civilização ocidental, primeiramente não haviam nem discutido nada sobre o limite e área com os moradores locais e os povos tradicionais no entorno com a Unidade de Conservação que fora criada.

No princípio, houve certos proprietários que passaram a defender seus interesses quanto à área do parque e estes se articularam junto à um vereador chamado Antônio Messias, conseguiram ser ouvidos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Por intermédio de associações como a Associação de Agro-Turismo Rural e Ecológico da Região do Taquaral e Adjacências também o Núcleo Comunitário Rural do Taquaral-Macaúbas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a comissão pastoral da Terra. Uma ação foi promovida em 7 de Setembro de 2005, e foi concedida devido à ação efetiva dos membros da Comissão Legislativa de Direitos Humanos segundo uma lei 15.814 em 7 de setembro e esta determinou uma

área de 6000 hectares em prol dos povos tradicionais e rurais que residem na área, redefinindo o perímetro do parque, porém o ITER foi contra e processou a nova demarcação da área destinada ao parque em Grão-Mogol.

o agravante de que as comunidades tradicionais citadas no início deste trabalho - Bocaína, Bosquinho-Ventania, Bosque, Santa Rita e Serra do Barão não foram incluídas no processo de desafetação desta área do parque, além de ter sido processada, a demarcação acabou sendo excludente, fazendo com que surgissem inúmeros conflitos persistentes até os dias de hoje entre os atores sociais envolvidos. (Martins, Costa, Lopes, 2008, p 8-14)

5. Grupos em conflito de interesse em relação ao Parque Estadual de Grão Mogol

Cada grupo social em conflito está descrito a seguir, junto à sua instituição representativa e interesses:

Populações Tradicionais: representados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, Sindicato dos trabalhadores rurais de Grão Mogol e o então vereador Antônio Messias, o seu interesse era permanecer na área do parque e continuar sua reprodução socioambiental e material, sendo que havia a possibilidade de compensar a perda com grandes indenizações que estão longe de serem a solução para as comunidades.

Populações não-tradicionais: representados pela Associação de Agro-Turismo Rural e Ecológico da região do Taquaral e adjacências, e também os fazendeiros, os quais tem o interesse de permanecer dentro da área do parque para explorar os recursos daquele território.

Estado-nação: representado pelo IEF, Prefeitura Municipal, Polícia de Meio Ambiente e as empresas reflorestadoras, os quais queriam por decreto e lei, como conseguiram, a implantação do Parque e são intransigentes quanto à esta meta, principalmente devido às questões políticas ligadas à sua implantação.

Compreendendo que existe uma dinâmica envolvendo estes grupos em conflitos de interesse, é importante o entendimento acerca das comunidades tradicionais bem como as populações residentes na área do parque, principalmente, esclarecendo qual é o modo de vida que tem e principalmente a relação que estes mantêm ou não com as instituições nacionais e internacionais que são responsáveis pela implantação da Unidade de Conservação. Os povos tradicionais do entorno apresentam uma cosmovisão, lógica de produção e forma de organização sócio-política completamente diferenciadas, sendo que estas vivem exclusivamente da terra que possuem.

Estes não recebiam auxílio algum do governo federal pelo fato de ocuparem as áreas que foram por lei destinadas à proteção ambiental e são agora “da União”, de

responsabilidade do Estado, são estas as seis comunidades que se articularam: Bocaína, Santa Rita, Bosque, Taquaral, Bosquinho-Ventania e Serra do Barão. Estas constituem uma coletividade que se viu cada vez mais pressionada ao abandono de suas terras por causa da implantação do parque e Unidade de Conservação

Segundo Barreto Filho (2001), a construção e emergência da própria categoria de povos e comunidades tradicionais surgiu a partir dos crescentes conflitos dentro do campo da conservação da natureza internacional e esta surgiu, para demarcar existência de povos com características positivas para a conservação natureza, e este conceito engloba uma diversidade de situações culturais diferenciadas, mas de critérios e referências em comum. Como refletiu Manuela Carneiro da Cunha (2009) estes buscam hoje reconstruir a imagem de povos que contribuem muito mais para o manejo e conservação da natureza, pois são e fazem parte dela como um todo:

[...] (a) por sua relação particular com a natureza, traduzida num corpo de saberes técnicos e conhecimentos sobre os ciclos naturais e os ecossistemas locais de que se apropriam; (b) pelo fato desses ecossistemas representarem, em muitos casos, as derradeiras amostras e remanescentes globais de ecossistemas críticos e frágeis; e (c) por situarem-se relativamente à margem da economia de mercado formador de preços, organizados em sistemas de produção baseados na organização familiar e orientados para a subsistência e num modelo de uso dos recursos naturais intensivo em trabalho e, supostamente, de baixo impacto.

(Barreto Filho, 2001: 18-19).

Há entre os povos tradicionais do entorno várias características que os coloca como guardadores da biodiversidade local, demonstrando que além de sociedades de interconhecimento, estas geram uma inter-relação entre a biodiversidade da região e a sócio-diversidade local, primeiramente pois ocuparam terrenos economicamente marginalizados, em segundo lugar estes passaram por diversos impactos ambientais devido a expansão urbano-industrial e expansão da pecuária e agricultura intensiva, mesmo assim, os moradores criam uma relação com o seu ambiente a partir de seus sistemas de uso e manejo dos “recursos naturais” que é capaz de equacionar a perda

cultural também à extinção de espécies, sendo necessário que as políticas de UC's nos países colonizados seja atrelada à permanência destes povos no seu território de origem, para que possa haver integração entre os sistemas de uso e manejo. No caso em Grão Mogol, o parque ainda não conta nem mesmo com plano de manejo.

Como foi analisado a partir de Little (2005) no início deste trabalho, em meio à diversidade fundiária existente no Brasil, e territorialidades específicas em questão reunidas sob a categoria e denominação povos tradicionais todos estes grupos têm em comum a defesa por direitos territoriais fundado na razão histórica, esta que, tende a confrontar a razão instrumental e colocar estes grupos fazendo frente à forma hegemônica de territorialidade do Estado-nação e sua forma de apropriação da natureza, assim acaba por persistir o confronto e não diálogo entre territorialidades distintas no mesmo território, sendo assim, o conceito de povos tradicionais tem dupla dimensão — uma política e outra empírica.

No parque estadual em Grão Mogol houve um fato ocorrido depois de sua implantação que foi o interesse de famílias que estavam se dizendo tradicionais mas na realidade capitaneavam certos movimentos que eram visando sempre favorecer apenas a sua propriedade, as quais ficam localizadas na área do parque. Estes querem ainda desafetação de tal área e tem ligações com autoridades importantes da política que tendem a sempre favorecer os interesses privados destas pessoas que usam da situação fundiária local como apoio para obterem votos e favorecer seus próprios interesses.

Desde a constituição de 1988 existe, no papel, o reconhecimento das populações tradicionais, as quais tem modo de vida e etnicidade, e de como elas contribuíram para formação de toda civilização brasileira, colocando estes como formadores de identidade nacional e até mesmo os seus modos de vida e identidades são colocados como um patrimônio da nação, porém, o que se observa é que estes têm territorialidade distinta do Estado, e buscam contestar por seus direitos culturais e territoriais diferenciados, de forma integrada com o mundo natural.

“A Lei 9. 985 de julho de 2000 regulamenta a norma constitucional referente às populações tradicionais em suas interfaces com áreas de conservação ambiental. Esta lei cria e institucionaliza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e, no tocante às populações tradicionais, normatiza os seus direitos frente a determinadas áreas de conservação, a saber: reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável (Art. 23 do SNUC).”

Esta questão da normatização de direitos dos povos tradicionais teve muita polêmica durante todo o processo entre as partes envolvidas em debates para a aplicabilidade desta Lei. Sendo que houve contradição por parte do Estado que justificou o veto por causa da definição abrangente dificultava identificar se os povos eram realmente “tradicionais”, desta forma, nos cabe ressaltar que estas guardam a biodiversidade local e são pressionadas a retirar-se, quando não são retiradas, além do conflito de interesses que emerge do conflito socioambiental.

Atualmente os moradores da região do parque estadual sentem que a vida se tornou mais difícil depois da implantação da Unidade de Conservação, muito devido às ameaças do IEF e a polícia de meio ambiente as quais impedem e atrapalham a vida dos moradores da região os hostilizando, fazendo com que eles não trabalhem mais nas áreas que antes trabalhavam, e ainda, a administração municipal tornou a permanência desses povos mais difícil ao fechar as escolas que tinham na região e não fazerem a manutenção das estradas.(Martins, Costa, Lopes, 2008, p. 14)

Houve mais três principais agravantes decorrentes da implantação da área protegida: primeiramente, o plantio das lavouras que era feito em terras nas margens de rios e dos córregos presentes na região teve que ser suspenso devido ao medo de gerarem conflitos maiores. Os moradores passaram a sofrer ameaças de prisão além do risco e medo das multas, as quais fazem com que abandonem as lavouras, e a atividade de garimpo que realizavam antes.

Em segundo lugar, as ações planejadas por parte do Estado e instituições causaram a migração de muitos moradores da região para o município de Grão Mogol, sendo que centenas de pessoas foram obrigadas a voltar para cidade, esta que tem

sua economia fundamentada principalmente no comércio e no turismo se beneficia da implantação do parque por causa do turismo e razões políticas. Em terceiro, e último lugar, esses trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho devido ao fato de não possuírem qualificação para as atividades econômicas no centro urbano. (Martins, Costa, Lopes, p. 10-15, 2008)

Segue o depoimento de uma moradora de uma das comunidades tradicionais que disse ter ficado sem como se movimentar em casa, a não ser no quintal e poucos metros da casa, depois da criação do parque estadual, pois a área antes movimentada hoje é desértica e que sofreu muitos danos socioambientais onde “não tem ninguém e não cresce nada”:

“Nós fomos saindo aos pouquinhos porque não tinha jeito de nós alimentarmos porque vivíamos do garimpo. Como é que comia, como é que bebia né? Aí fomos saindo, saindo... e você sabe que saindo, sai mesmo é por que não tem jeito de trabalhar para comer porque a roça não dá quase nada e a gente trabalhava no garimpo e agora não pode trabalhar” (Moradora da comunidade do Bosque; entrevista concedida a Martins, Costa & Lopes, 2008)

Neste caso, a causa é o Estado-nação e o efeito é desastroso para as comunidades em torno do parque - entre eles a desarticulação dos povos que vão sendo forçados a abandonar a terra devido à pressão exercida sobre estas, além de também ficarem encurraladas para à beira de rios, as empresas de reflorestamento na região as empurram com sua ação e as coletividades são cada vez mais cansadas até irem para fora das terras que antes eram de uso comum. A realidade é que tanto o parque natural quanto empresas da região contribuíram muito para desarticular essas comunidades fazendo com que se criasse um clima de medo entre eles pois não podem mais adentrar as terras para nada, nem mesmo para retirar lenha para o fogão, menos ainda para extrativismo e a caça, realizadas para sustento de toda família.

Abaixo está transcrito o depoimento de uma moradora da comunidade Santa Rita:

“Com essas grandes firmas que têm de uns anos pra cá, essa sacaneação, não é isto que está acontecendo? As firmas vieram tocando o povo porque já tinha as terras na beira do rio e vieram pra cá. É igual essas chapadas: quando Metalúrgica entrou aí, a Ruralminas, a Vale do Rio Doce, o que fizeram? Desmataram a chapada todinha, não é isso? E encostou o povo para as beiras dos rios. Foi assim que fizeram aí, isso aí ó, essas terras aqui saiam no Vale das Cancelas, essas estradas aqui acabaram” (Entrevista concedida a Martins, Costa & Lopes, 2008)

Em uma região já com um histórico de problemas socioambientais com relação aos povos tradicionais, a implantação do parque só trouxe mais desafios e conflitos de resistência contra o progresso e a conservação, aspiração dos países de primeiro mundo para os países do Sul e colonizados, miticamente chamados de “subdesenvolvidos”. Desta forma, essas comunidades sofreram diversos impactos: foram empurradas pelas empresas reflorestadoras, e do outro lado a Unidade de Conservação também os empurrou para fora de sua área de habitação. Atualmente, é bem claro que estas se sentem deslocadas forçadamente dos territórios que refletia toda sua sociabilidade, e reprodução sociocultural e material, fazendo com que os conflitos com os interesses do Estado e instituições responsáveis aumentassem.

Com a pressão, encurralamento e posterior retirada pelo cansaço dos moradores da região que historicamente ocuparam a região em todo um processo de territorialização desde o período colonial, fez com que estas criassem novas formas de ligar com a terra para não perder a colheita da terra que lhes restam. Eles plantam em beiras de rios, em quintais onde cultivam feijão, milho, mandioca, quiabo, abóbora e milho principalmente, além das hortas familiares. Esses grupos realizam o descanso da terra, chamado sistemas de pousio, para poderem garantir assim produtividade suficiente, porém, com a implantação da área protegida o pousio não pode ser mais realizado e está suspenso, o que causou, nos termos de economia, uma baixa muito grande nestas famílias.

Abaixo a fala de um morador da Comunidade Taquaral:

“Eu venho plantando há muito tempo e ela [a terra] já ta ficando muito cansada, já não está quase produzindo. Dizem que pode aumentar, não pode? Onde eu estou trabalhando tem que deixar descansar e cuidar em outro canto. Não pode! Não pode. Não pode roçar, não pode desmatar. E aí o cara padece. Eu tô fazendo sempre na mesma terra mas não produz como a terra nova, a terra nova é outra coisa. E aí a terra vai ficando cansada não produzindo grande coisa. É igual isso aqui: venho plantando esse feijãozinho mas ele não saiu igual ao ano passado, já diminuiu. Este ano não sai é nada. Tem que deixar descansar, mas se essa parte tiver descansando onde é que eu vou plantar outra?” (Entrevista concedida a Martins, Costa & Lopes)

Os povos tradicionais do norte de Minas em Grão Mogol subsistem do sistema de pousio quanto à sua forma de manejo da terra e plantio, que lembra muito a maneira de cultivo dos povos indígenas plantando milho, mandioca, feijão e abóbora para que uma dê sustento à outra formando assim uma forma de rede e cultivo agroecológico, além da caça e do extrativismo, sendo que depois da implantação do parque todas estas atividades foram interferidas.

6. Conclusão: a importância da Etnoconservação

O entendimento acerca do caso da implantação do Parque Estadual de Grão Mogol demonstrou claramente um despreparo enorme do poder público para integrar políticas ambientais públicas que realmente levem em consideração os processos históricos, sociais e culturais dos povos e comunidades afetadas pelo parque.

A investigação exploratória e o levantamento de dados acerca deste caso nos leva a crer que a criação e, posteriormente a implantação da área protegida, tem retirado direitos básicos da sociedade civil do entorno e não somente da sociedade urbanizada ao redor, qual se aproveitará do parque apenas para visitar, se possível, pois não foi aberto ainda para visitação. Assim, julgo destacar que é necessário que as políticas públicas sejam refeitas de forma integrada com os grupos sociais e rurais em questão na criação de UC's em todo Brasil.

As consequências são destrutivas para os povos tradicionais que dentro da disputa e competição de interesses causados desde a implantação do parque não houve diálogo entre Estado e sociedade. Se considerarmos de uma perspectiva dos dez últimos anos as políticas criadas para solucionar problemas como esse são baseadas apenas em termos meramente técnicos, sendo que sua verdadeira intenção é desestruturar esses povos para que sentindo-se pressionados abandonem suas terras através do cansaço envolvendo os conflitos, sendo que ainda há o agravante de não receberem crédito do governo ou políticas de bolsa do governo federal, lhes faltando energia elétrica e serviço de saúde local. Existem 142 famílias nas quais estão esquecidas atualmente e pressionadas cada vez mais pela especulação imobiliária, falta de espaço para cultivo da terra e atividades de turismo, fruto da usurpação do território por parte do Estado-nação. (MARTINS, COSTA, LOPES, p. 16, 2008)

Segundo consta na Constituição Federal, artigo 216, V, 1º, o patrimônio cultural para ser protegido deve ser gerido a partir do poder Público, e junto às comunidades, sendo que para se acautelar e preservar a proteção do território poderá ser feita mesmo pela desapropriação de modos de vida diferenciados, sendo assim, é necessário

reconhecer o modo de vida e autonomia das comunidades tradicionais do entorno para gerirem o meio natural operando em conjunto com a ecologia para que haja equilíbrio entre a preservação e uso e manejo do território — aquilo que Santos (2007) chamou de ecologia de saberes, incorporando uma nova visão onde o conhecimento tradicional e científico possam dialogar um reconhecendo a necessidade de integração para com o outro, havendo assim um respeito mútuo entre a diversidade biológica e cultural.

À respeito dos povos e comunidades tradicionais que estão pressionados por aquilo que T. Hobbes (1651) chamou de Leviatã, a nova forma de conservação, a etnoconservação nos coloca a necessidade do protecionismo do Estado em parceria com o saber tradicional e as ciências naturais e sociais, pode nos levar não mais apenas a um contrato social que a humanidade deve ter no mundo, mas um contrato natural, que integre a cultura à natureza e a natureza à cultura, pode tornar a própria proteção ambiental mais justa para as comunidades tradicionais na implantação de UC's como em Grão Mogol. (Mendes, 2011, p. 106)

Com um grande retrocesso para a democratização no Brasil que estamos vivenciando atualmente, há a necessidade de incorporar um novo direito, novo ator social e uma nova ciência, entendendo que nem mesmo o próprio Estado consegue e pode deter e monopolizar todos os direitos que regem uma sociedade ocidental, hoje global, a lembrar da declaração dos direitos universais pós revolução burguesa, e que pós segunda guerra mundial, foi adotada, em 1948 pela ONU:

“As ideias e valores dos direitos humanos podem ser traçadas através da história antiga e das crenças religiosas e culturais ao redor do mundo. O primeiro registro de uma declaração dos direitos humanos foi o cilindro de Ciro, escrito por Ciro, o grande, rei da Pérsia, por volta de 539 a.C.^[1] Filósofos europeus da época do Iluminismo desenvolveram teorias da lei natural que influenciaram a adoção de documentos como a Declaração de Direitos de 1689 da Inglaterra, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 da França e a Carta de Direitos de 1791 dos Estados Unidos.”
(Fonte: Wikipédia - data de acesso 01/10/19)

As ciências naturais ou as ciências humanas por si só não fornecem as ferramentas necessárias para solucionar questões sociais e ambientais problemáticas nos tempos da modernidade ocidental. Assim, estes termos meramente científicos não são absolutos e a ciência é defeituosa com a realidade socioambiental e cultural do país ainda mais nestes tempos com a emergência de um governo reducionista, que afirma a ciência biológica como verdade absoluta, e autoritário, governado por um presidente que exalta inclinações por ditadores na América Latina como Pinochet, do Chile e o torturador C. Ustra no Brasil, durante a época do regime de ditadura militar.

Com toda certeza as formas em que a sociedade moderna implanta áreas protegidas de uso restrito e reduzindo apenas em seus termos biológicos refletem a separação entre natureza e cultura e o tipo de relação humano/natureza predominante no mundo ocidental. No princípio da colonização europeia predominava o culturalismo, ainda que esta ideia não esteja morta atualmente, se via a natureza como algo hostil, grosseira, e até uma enfermidade para o ser humano racional, já que era uma ameaça para a civilização um retorno à “selvageria”, da qual a cultura capitalista neoliberal queria se abster cada vez mais.ale lembrar a controvérsia de Valladolid, cidade na Espanha onde os jesuítas colonizadores debatiam de forma equivocada se os povos indígenas tinham alma ou não, se tinham a racionalidade em si, e se eram humanos ou não, no ano de 1550, quando o Imperador espanhol Carlos V realizou uma junta de quatorze teólogos católicos, os quais se reuniram na cidade espanhola de Valladolid, entre os anos 1550 e 1551, com o objetivo de decidir se era “justa” a conquista espanhola/européia do “Novo Mundo” — da América latina.

Na verdade, o mito de uma natureza intocada tornou o mundo natural um lugar de apreciação de uma paisagem “primitiva” pelo homem urbano ou civilizado, e incorporou elementos da ciência moderna que associa biodiversidade e preservação sem levar em conta que o conhecimento tradicional também é uma constatação empírica e este influenciou a formação dos territórios e paisagens de forma positiva mesmo que a cultura esteja inserida em sua cosmovisão, pois existe integração ou inter-relação entre o mundo natural, social e espiritual entre estes povos. Obviamente,

os ideais conservacionistas tem força em uma burguesia dominante e elite as quais perderam, devido à industrialização e racionalização do mundo, o contato cotidiano e de trabalho com mundo rural, este último, exaltado em sua beleza estética por trovadores no medievo, bem como nas poesias arcádicas européias.

A controvérsia do modelo de conservação euroamericano é que mesmo com evidências empíricas e científicas atualmente de que por milhares de anos houve manejo e interferência humana no mundo natural, ainda prevalece a ideia que a natureza para ser preservada deve ser separada do convívio de sociedades que estiveram em contato com esta por milhares de anos, à exemplo dos Shipibo na parte da floresta da Amazônia localizada no Peru, os quais há mais de 40.000 anos residem e reproduzem seu modo de vida ancestral nas terras de florestas tropicais.

7. Considerações Finais

É necessário nos dias de hoje, uma real integração e participação dos povos e comunidades tradicionais em todo processo de implantação de parques de conservação da natureza, sendo que os cientistas naturais têm compreendido a sua importância. A responsabilidade pela criação e avaliação da área necessita ser interdisciplinar, de forma conectada com outras áreas de conhecimento, em cooperação com estas sociedades ainda vistas “sem Estado” e que tem um sistema econômico não capitalista de apropriação do espaço natural.

Passaram-se 11 anos e o poder público não fez nada até a redefinição do território em 2009, dado o conflito socioambiental gerado, e após 10 anos dessa redefinição ainda se omite em relação aos direitos que foram retirados de povos afetados tanto por mineração, redes e barragens de hidrelétricas como também pelas Unidades de Conservação da natureza e devido PE, que surgem para compensar a destruição da natureza dado o capitalismo industrial e o progresso humano sobre o globo, mas contraditoriamente não levam em consideração a presença humana no ambiente e geram outros conflitos sociais e ambientais, que colocam um abismo entre sociedade e ambiente — o ser humano é um ser cultural, não se pode separar duas coisas que estão interligadas por redes de conhecimento ancestral de milhares de anos, ou centenas de anos de processos de territorialização, desde o período colonial.

Na verdade, quem realmente conhece do ecossistema natural e da fauna e flora presentes e a utilizam de forma que seja sustentável são os que vivem de forma integrada com estes, como ressaltou Diegues (2008) em sua análise:

“Como afirma Gomez-Pompa & Kaus (1992) estamos discutindo e estabelecendo políticas sobre um tema que conhecemos pouco; e aquelas populações que o conhecem melhor, raramente participam dos debates e decisões.”

É importante ressaltar que as formas de resistência ao modelo dominante e a construção da etnoconservação surgiram dos movimentos sociais de resistência frente

ao Estado e suas formas de vida e não da ciência moderna, nem do Estado brasileiro. O reconhecimento da identidade étnica desses povos implica construir uma nova conservação, qual vem sendo estudada nos países do Sul principalmente, abordando que as teorias conservacionistas bem como suas raízes estão ancoradas em mitos trazidos do Norte e transplantadas para os países chamados de “terceiro mundo”, apoiados por grandes organizações conservacionistas vindas de fora, principalmente nos países que foram colonizados por potências militares e econômicas européias, e que são influenciados pela cultura de massa global norte-americana.

Afastando a visão de que os povos da floresta são conservacionistas natos, é necessário a integração das formas de manejo tradicional da terra, valorizando seu conhecimento técnico e prático, sua cosmovisão ancestral e que, não sendo importada do Norte, esteja de acordo com as aspirações e necessidades culturais e ambientais locais, impedindo a dupla destruição da diversidade biológica dos ecossistemas naturais juntamente à destruição da diversidade cultural, levando em consideração os efeitos que a inserção forçada destes na sociedade urbano-industrial causa, cada vez mais a sua desarticulação e conflitos socioambientais decorrentes do modelo dominante de conservação. Assim, o conhecimento local não pode ser descartado do processo de identificação destes povos, pois acumula conhecimentos construídos fora do âmbito educacional, mas transmitidos por gerações através da oralidade e do contato com seu ecossistema por muitas gerações. A visão globalizadora e moderna vigente na sociedade ocidental tende a separar cada vez mais a cultura da própria natureza - ao mesmo tempo que engloba uma diversidade, torna a civilização o único destino de toda a humanidade.

Por fim, esta visão que surgiu na Europa e se fortaleceu nos EUA, e é predominante na sociedade contemporânea, ainda tem muito a ver com a sensibilidade moral e estética que o homem civilizado tem para com o mundo natural, o qual enxerga com piedade, ao mesmo tempo que o destrói. Na verdade, o interesse humano se sobrepõe, ainda que sinta “piedade” da natureza devido ao progresso material humano,

é impossível dissociar duas coisas que estão enquistadas no mesmo espaço e agindo uma sobre a outra incessantemente como natureza e cultura sempre estiveram.

A proteção de um mundo natural intocado apenas para lazer, prazer estético e atividades científicas foi desenvolvida em prol do homem urbano e moderno, guardando a natureza em parques de vida “selvagem”. Assim, concluo que se o progresso material gerou bem-estar e conforto para a civilização urbana europeia, por outro lado, criou conflitos e problemas irreversíveis, até que essa mesma civilização se sensibilizou com a natureza dada a exploração humana sobre os animais e toda forma de vida animada - que reflete o domínio do homem e a visão moderna predominante oriunda da cultura ocidental sobre as relações humanas para com o mundo natural.

Dessa forma é necessário incorporar o saber tradicional com o conhecimento gerado no âmbito científico para que assim possamos pensar em um diálogo de saberes em prol de um nova forma de ver e se integrar com a natureza a partir do saberes tradicionais gerados no âmbito da tradição, da oralidade e do conhecimento não-científico.

Grão Mogol é uma cidade que sofreu duros impactos sociais e ambientais em todo seu processo de construção, desde o período colonial e exploração econômica das terras até a década de 60 quando se tornou uma “cidade”, a construção da trilha dos escravos hoje é atração, além da chegada da mineração pesada na região do Norte de Minas Gerais, é caracterizada hoje por ser um local de aventura e turismo ecológico quando se busca saber do PE, mas que está cheio de histórias de confrontos diretos, lutas e resistência frente ao modelo colonialista de apropriação da natureza e o modelo dominante de conservação do meio ambiente globalizante, dentro daquilo que se chamou de primeira Unidade de Conservação de proteção integral do triângulo mineiro. Infelizmente o agroturismo ecológico nesta região tem sido pensado como única forma de estabelecer fortalecimento das áreas destinadas à preservação e dão sequência prolongada ao mito de uma natureza que não deve ser tocada.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Processos de territorialização e movimentos sociais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 6, n.1, p.9-32, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito**, Humanidades, v. 15 (1987), pp. 42-9.

AMBRÓSIO, R. V. **Situação fundiária dos parques estaduais de Minas Gerais**. 2014. 156 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal - Ciências Florestais) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

BARRETO FILHO, H.T. **Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política**. In: Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. Parati, RJ, 2001 (mimeo).

BARRETO FILHO H.T. 2001. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira**. Universidade de São Paulo, São Paulo. Tese de doutorado.

BRUMER, A. & TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais**. Desenvolvimento e limites da sociologia rural no final do século XX. Revista NERA, Ano 9, n. 9, 2006.

COSTA FILHO, A. **Os povos e comunidades tradicionais no Brasil**. NEAD/MDA, 2014. No prelo.

COSTA, J. B. A. ; ARAUJO, E. C. ; DUARTE, A. A. P. **Geraizeiros da Serra da Bocaina e suas relações com o Parque Estadual de Grão Mogol 2007** (Diagnóstico).

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE Verena (Orgs.). A questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CUNHA, Manuela Carneiro da;ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da . Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: CosacNaify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações tradicionais**; Instituto Socioambiental - ISA. 2010

DIEGUES, A. C.; **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. .

Editora Hucitec-NUPAUB-USP, 2000

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Hucitec, 2004.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. Novos estudos. - CEBRAP [online]. 2007, n.77, pp.73-89. ISSN 0101-3300.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, Leviatã. **Os Pensadores**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**. Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

LASCHEFSKI, K. **Licenciamento e Equidade Ambiental**: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (Org.). **As Tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas), 2011, v. , p. 21-60.

MARTINS, H. T.; COSTA, J. B. A.; LOPES, C. A. S. **Desafios, resistências e conflitos na criação de unidades de conservação na região norte de Minas Gerais**: O caso da implantação do Parque Estadual de Grão Mogol. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 4., Santa Cruz do Sul. Anais. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2008. Acesso em: ago, 2019. p. 1-18

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MENDES, A.B.V. 2009. **Conservação ambiental e direitos multiculturais**: Reflexões sobre justiça. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Tese de doutorado.

MENDES, A. B. V.; COSTA FILHO, A.; SANTOS, Ana Flávia. **Tratados internacionais, populações tradicionais e diversidade biológica**. Teoria e sociedade(UFMG), v. esp., p. 235-250, 2014.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007), **Para além do Pensamento Abissal**: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 3-46. Também publicado na revista Novos Estudos Cebrap, 79, 71-94

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do século**. São Paulo - Fundação Editora da UNESP, 1999.

WEBER, M. 1996. "Introdução". In: **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, p. 1-15.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970: 13-34.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação** IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens (orgs) Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações tradicionais**; Instituto Socioambiental - ISA. 2010